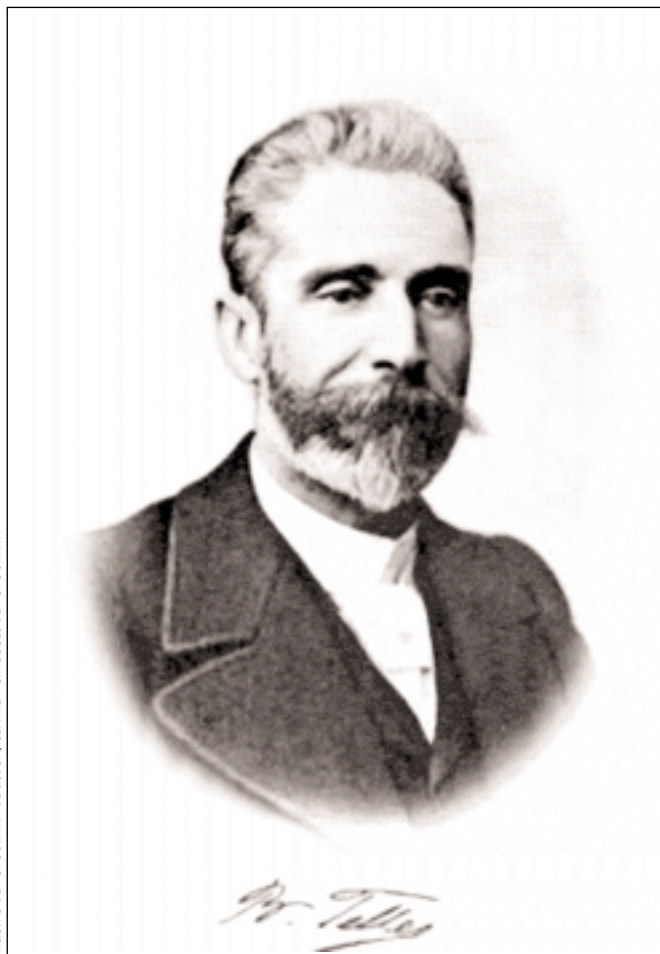


5 **A I REPÚBLICA**
1910-1926

BASÍLIO TELES

Basílio Teles nasceu no Porto, a 14 de Fevereiro de 1856, e veio a falecer em 10 de Março de 1923.

Fez estudos no Porto, aí frequentando a Academia Politécnica e a Escola Médico-Cirúrgica, e foi professor liceal das cadeiras de Literatura, Filosofia e Ciências Naturais. Filiado no Partido Republicano Português, de cujo Directório fez parte nos períodos de 1897



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

a 1899 e de 1909 a 1911, foi membro do Clube de Propaganda do Norte. Mesmo antes, a sua actividade pró-republicana havia-lhe custado o exílio, no ano de 1891.

Implantada a República, quis a Carbonária dar-lhe o Ministério do Interior – o principal instrumento político do Governo –, mas, dada a influência de Afonso Costa, acabou por ser indigitado para a pasta das Finanças, ainda no dia 5 de Outubro de 1910. Ao tomar conhecimento dessa mudança de planos, recusou-se a vir a Lisboa tomar posse e, portanto, não chegou a exercer o cargo (que veio a ser ocupado, de facto, por José Relvas).

Apesar de afastado dos cargos governativos – em 15 de Maio de 1915, seria a vez de recusar a pasta da Guerra –, manteve intacto o seu empenho político, de que é exemplo a proposta que fez, em meados de 1911, de um programa revolucionário que incluía a pena de morte, a suspensão das garantias por tempo indeterminado e o encerramento das escolas até serem totalmente reformadas pela República. Foi considerado como um dos grandes intelectuais do seu tempo, com obra produzida no âmbito da Economia e História, de que são exemplo os títulos *Problema Agrícola* (1891), *Estudos Históricos e Económicos* (1908) e *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*.

JOSÉ MASCARENHAS RELVAS

José Mascarenhas Relvas nasceu a 5 de Março de 1858, na Golegã, e veio a falecer a 31 de Outubro de 1929.

Era filho de Carlos Relvas, proprietário abastado e famoso fotógrafo amador, e de Margarida Amália de Azevedo Relvas.

Fez estudos em Coimbra, aí frequentando a Faculdade de Direito, mas foi em Lisboa que

concluiu, em 1880, como bacharel, o Curso Superior de Letras.

Se se entregou com dedicação à exploração das suas propriedades agrícolas – na linha do seu pai, grande proprietário local –, nem por isso deixou de se destacar no mundo da política, cuja trajectória se inicia com a militância no Partido Republicano Português, acabando por integrar o



respectivo Directório que surgiu do Congresso de Setúbal, em 1909, onde defendeu a tese da realização imediata de um movimento militar, que foi aprovada por esse conclave.

No ano seguinte, integra, juntamente com Magalhães Lima e Alves de Veiga, a missão a Paris e a Londres, que se revelou da maior importância para a causa republicana, uma vez que obteve dos governos inglês e francês a garantia de não intervenção, no caso da

Monarquia portuguesa ser deposta.

Com a implantação da República, exerceu a pasta das Finanças no Governo Provisório, até 3 de Setembro de 1911, ano em que foi também eleito deputado por Viseu, além de abandonar o Directório do Partido Republicano Português, juntando-se ao Partido Unionista, e assumir o lugar de ministro de Portugal em Madrid, em que se manteve até 1914.

Vemo-lo ainda, em 1919, a presidir ao Governo e a sobraçar a pasta do Interior, funções que exerceu cumulativamente, entre 27 de Janeiro e 30 de Março desse ano.

Iniciado na loja maçónica "Acácia" em 1911, com o nome de *Beethoven*, viria a abandonar os trabalhos cerca de dois anos depois.

O seu carácter filantrópico é comprovado pela doação testamentária da sua Casa dos Patudos à Câmara Municipal de Alpiarça, dispondo que o rendimento agrícola fosse empregue na edificação de pavilhões para albergar os mais desvalidos e prover à educação de crianças. Foi autor de diversos artigos e obras sobre arte, economia e direito histórico.



COLECCÃO ARQUIVO FOTOGRÁFICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

COLECCÃO CASA-MUSEU DOS PATUDOS, ÓLEO DE JOSÉ MALHOA, FOTO ANTONIO RIBEIRO DA COSTA



DUARTE LEITE PEREIRA DA SILVA

Duarte Leite Pereira da Silva nasceu no Porto, a 11 de Agosto de 1864, e veio a falecer em 29 de Setembro de 1950.

Era filho do capitão da marinha mercante Rafael Leite Pereira da Silva e de Isabel Maria da Soledade.

Fez os estudos primários entre o Porto e o Brasil, recebendo a instrução liceal já em Lisboa, no Colégio dos Jesuítas de Campolide.

Depois de ter passado por Coimbra, onde cursou Filosofia e Matemática, obtendo o bacharelato naquela disciplina (1885) e a licenciatura nesta (1886), regressou ao Porto e aí leccionou as cadeiras de Geometria Descritiva e Projectiva, Astronomia, Geodesia, Topografia e Mecânica Racional na Academia Politécnica, entre 1886 e 1911.

Durante esse período, adere ao Partido Republicano, de cujo Directório fez parte entre 1897-1899, e esteve na origem do Grupo Republicano de Estudos Sociais. Em 1907-1908, toma lugar na vereação do município portuense, como representante republicano.

Nos anos seguintes, torna-se director do jornal *A Pátria* (1909), por si fundado, preside à Assembleia Comercial Portuense (1910) e é vogal do Conselho de Administração da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (1910-1911).

Candidato a deputado pelo Porto ainda antes da I República, é só depois da implantação desta que se estreia nos altos cargos governativos, começando pelo de ministro das Finanças, que exerce entre 3 de Setembro e 12 de Novembro de 1911.

Em 16 de Junho de 1912, é a vez de ascender

à presidência do Governo, sem deixar de exercer, em acumulação, a pasta do Interior. Deixando o Executivo em 9 de Janeiro de 1913, seguiu a carreira diplomática entre os anos de 1914 e 1931. Enquanto ocupava o lugar de embaixador no Rio de Janeiro, foi também senador pelo círculo do Porto, entre 1915-1917 e 1918-1919.

Além de ter desenvolvido a actividade jornalística, colaborando no jornal *A Voz Pública*, foi autor de estudos históricos e de diversas obras no âmbito da sua área de formação.

Pertenceu à Maçonaria, onde foi iniciado em 1892, na loja "União Latina", sob o nome de *Confúcio*.



COLEÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

SIDÓNIO BERNARDINO CARDOSO DA SILVA PAIS



COLEÇÃO PARTICULAR

Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais nasceu em Caminha, a 1 de Maio de 1872, e veio a falecer em Lisboa, a 14 de Dezembro de 1918. Era filho de Sidónio Alberto de Marrocos Pais, escrivão de direito e tabelião, e de Rita da Silva Cardoso Pais.

Havendo concluído o liceu em Viana do Castelo, seguiu para Coimbra, em 1887, onde obteve o grau de bacharel em Filosofia, em 1897, além de se ter licenciado e doutorado em Matemática. Entretanto, em 1888, ingressou na Escola do Exército, cursando Artilharia e obtendo o posto de major.

Embora tivesse seguido a carreira militar após a conclusão dos estudos, leccionou na Faculdade de Matemática de Coimbra e na Escola Industrial Brotero, que veio a dirigir em 1911. A sua ligação à Universidade de Coimbra ficou, de resto, bem atestada pelo exercício do cargo de reitor, entre 1908 e 1911.

No último desses anos, veio-lo a ocupar diversos lugares, entre eles, membro dos corpos gerentes da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, deputado por Aveiro, ministro do Fomento e ministro das Finanças, cujo exercício medeia entre 11 de Dezembro de 1911 e 16 de Junho de 1913.

É então que sai do País para exercer o cargo de ministro plenipotenciário em Berlim, o que se verifica até 1916, ano em que regressa a Portugal.

Depois de passar pelas fileiras do

Partido Unionista, chefiou, em 5 de Dezembro de 1917, um movimento revolucionário que o conduziu ao poder, primeiro, como presidente da Junta Revolucionária e do Executivo que lhe sobreveio (8 de Dezembro de 1917 a 14 de Dezembro de 1918), depois, como ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros (11 de Dezembro de 1917 a 11 de Maio de 1918) e, finalmente, como Presidente da República, que exerceu até à data da sua morte, em Dezembro de 1918.

A sua intenção era parar a desordem no poder e restabelecer o império da lei, em que monárquicos e republicanos pudessem conviver. Para isso, quis subverter a lógica dos partidos e o regime parlamentar, aceitando colaboradores de todos os quadrantes, e defendeu a integração dos portugueses num movimento nacional, que mais não era do que o presidencialismo.

Na sua passagem pela chefia do Executivo, a Constituição sofreu alterações, passando o Governo a ser directamente exercido por um Presidente da República, eleito por sufrágio universal, como nos Estados Unidos da América. Embora, após a sua morte, se tenha reposto a Constituição de 1911, o seu postulado político manteve-se vivo, uma vez que o Presidente da República veio a adquirir o direito de dissolver as Câmaras.

Pertenceu à Maçonaria, aí se iniciando em 1911, na loja “Estrela de Alva”, sob o nome de *Carlyle*, mas abandonaria os respectivos trabalhos logo em 1912.

Publicou a obra *Theoria dos Erros das Observações, Série dos Numeros, e Força e Movimentos*.



ÓLEO DE HENRIQUE MEDINA, 1937, COLEÇÃO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ANTÓNIO VICENTE FERREIRA



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

António Vicente Ferreira nasceu a 30 de Abril de 1874, em Lisboa, e veio a falecer a 29 de Janeiro de 1953.

Era filho de Manuel Vicente Ferreira, segundo-sargento do Batalhão de Engenheiros, e de Maria das Dores Pereira de Sousa Meneses, doméstica. Diplomado em Engenharia pela Escola do Exército, o seu percurso profissional desdobrou-se pela carreira militar – em que atinge o posto de coronel, em 1922 –, pelo professorado e pelo desempenho de diversos cargos da administração civil.

Começa por ocupar o lugar de chefe das oficinas de Luanda (1902-1903), seguido pelos cargos de director das Obras Públicas de São Tomé (1903-1904), de engenheiro das Obras Públicas (1909-1910) e de engenheiro da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (1910-1914).

Entretanto, em 21 de Dezembro de 1912, alcançara o estatuto de lente provisório da 17.ª cadeira da Escola de Guerra, para, em 31 de Maio de 1915, passar a lente definitivo da 13.ª cadeira da mesma instituição. Foi, ainda, professor da 29.ª cadeira da Escola Militar. Republicano, filiado nos partidos Unionista e, mais tarde, Liberal e Nacionalista, assume a pasta das Finanças entre 16 de Junho de 1912 e 9 de Janeiro de 1913, devendo-se-lhe a Lei de 24 de Junho de 1912, que delegou no Ministério das Finanças – mais especificamente, na Direcção-Geral da Fazenda



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

Pública – a guarda, conservação e administração dos móveis e imóveis dos extintos Paços Reais, além de ter extinto a Superintendência dos Paços e nacionalizado os palácios de Queluz, da Ajuda, de Belém, de Sintra, de Mafra, das Necessidades e da Pena.

Regressa ao cargo de ministro das Finanças entre 30 de Agosto e 19 de Outubro de 1921, ao que se segue um breve período de representação parlamentar, como deputado eleito por Tomar, findo o qual volta ao Executivo, onde permanece de 15 de Novembro a 18 de Dezembro de 1923, assumindo a pasta das Colónias.

Em 1925, estreou-se como delegado de Portugal aos congressos dos Caminhos de Ferro, função que iria repetir em 1930, 1933, 1937 e 1938. É já durante a Ditadura Militar e o Estado Novo que exerce os cargos de alto-comissário em Angola (de 16 de Setembro de 1926 a 2 de Novembro de 1928), vogal do Conselho Superior das Colónias (1935), vogal e presidente do Conselho do Império Colonial (1936 e 1946-1953, respectivamente) e vogal e presidente do Conselho Superior de Obras Públicas (1940 e 1943-1944, respectivamente).

No que toca à docência, leccionou na Escola do Exército (1910-1923) e no Instituto Superior Técnico (1913-1944).

Pertenceu à Maçonaria (em cuja loja “Pureza” foi iniciado em 1911, sob o nome de *Epicteto*), que traiu durante o Estado Novo, fornecendo elementos à Comissão encarregada da extinção daquela organização. Foi autor de numerosas obras sobre artilharia, engenharia, sistema monetário, etc., donde se destaca a monografia *O Engenheiro Duarte Pacheco*, publicada em Lisboa, no ano de 1944.

AFONSO AUGUSTO DA COSTA



COLEÇÃO MUSEU REPÚBLICA E RESISTÊNCIA

Afonso Augusto da Costa nasceu em Seia, a 6 de Março de 1871, e veio a falecer a 11 de Maio de 1937.

Era filho de Sebastião Fernandes da Costa, advogado e conservador do Registo Predial de Seia, e de Ana Augusta Pereira da Costa. Matriculou-se na Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1888 1889 e concluiu o curso de Leis em 1894, na respectiva Faculdade de Direito, onde haveria de se doutorar no ano seguinte. Por essa altura, concorreu ao lugar de lente e, quando o alcançou, em Agosto de 1900, tornou-se no mais novo elemento do corpo catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra. Havendo leccionado nesta instituição entre 1896 e 1903 e entre 1908 e 1911, estendeu a sua actividade docente à Escola Politécnica de Lisboa, no período de 1911 a 1913, à Faculdade de Direito de Lisboa, entre 1913 e 1915, e ao Instituto Superior de Comércio, em 1915. Paralelamente, desde a sua formatura que exercia a advocacia, ora na barra dos tribunais, ora como consultor jurídico, o que, em todo o caso, lhe granjeou prestígio e reputação. Estreou-se nas lides políticas quando ainda era estudante, ao alinhar com os conspiradores de Coimbra na revolta de 31 de Janeiro de 1891. Poucos anos depois, em 13 de Junho de 1897, no Porto, haveria de protestar publicamente contra o plano do governo progressista de alienar as linhas ferroviárias do Estado, para, em 16 de Novembro de 1899, ser um dos três candidatos republicanos eleitos pelo Porto à Câmara dos Deputados, se bem que a sua eleição tivesse sido anulada por iniciativa governamental.

Em Janeiro de 1900, apresenta-se novamente como candidato às eleições de Fevereiro seguinte e, desta feita, é colocado no Parlamento, embora por pouco tempo, dada a queda do governo progressista de então. Não haveria de conseguir novo mandato de deputado até 1906, ano a partir do qual seria sucessivamente reeleito nessas funções, pelo círculo de Lisboa, até ao último acto eleitoral da I República. Mesmo antes da implantação do novo regime, na qual esteve envolvido, participou em diversas conspirações, entre as quais, a dirigida contra a ditadura de João Franco, de que resultou a sua prisão.



COLEÇÃO MUSEU REPÚBLICA E RESISTÊNCIA



Na sequência do 5 de Outubro de 1910, assume a pasta da Justiça do Governo Provisório, até 1911, estando na origem dos primeiros decretos republicanos, nomeadamente, as leis da extinção das ordens religiosas, do inquilinato, do divórcio e casamento civil e da separação entre o Estado e a Igreja.

Membro de longa data do Partido Republicano Português, é no seio de uma das suas facções, o Partido Democrático, de que é líder a partir de Outubro de 1911, que chega à presidência do Executivo, em Janeiro de 1913. Durante esse mandato, em que se lhe deve a criação do Ministério da Instrução Pública, acumula a pasta das Finanças e, convencido de que o seu governo dependia do sucesso financeiro, começa por converter os défices previstos dos exercícios de 1912-1913 e de 1913-1914 (6620 e 8464 contos, respectivamente) para *superavits* de 167 e 979 contos, prevendo ainda um balanço positivo de 3393 contos para o exercício de 1914-1915. Além disso, fez passar uma nova lei da contribuição industrial e outra sobre o imposto de transmissão, facto que fez prever um aumento de 1120 contos de receitas. Por outro lado, para conseguir 2733 contos de poupanças, preconizou uma contenção das despesas, expressa na “lei travão” de 15 de Março de 1913 e na lei dos “adidos”, de 14 de Junho do mesmo ano, pelo que sacrificou alguns programas de investimento, como seja o das construções navais, aprovado pelo Parlamento em 1912.

No entanto, as dificuldades adivinhavam-se, seja porque as importações tendiam a aumentar, seja porque as colheitas de cereais e a produção de cacau se revelavam em baixa, originando-se um aumento da libra e dos juros, o que conduziu à

sua demissão nos inícios de 1914.

Empenhando-se, entretanto, no derrube do governo de ditadura de Pimenta de Castro, regressa à presidência do Executivo em 29 de Novembro de 1915, da qual abdicaria, para se dedicar exclusivamente à pasta das Finanças, com a preocupação de que Portugal entrasse oficialmente no grande conflito europeu, pois só assim o País obteria auxílio financeiro da Inglaterra. Todavia, num contexto de crise generalizada, alimentada por dissensões várias no seio do Partido Democrático, veio a demitir-se na sequência da revolta sidonista de 7 de Dezembro de 1917 e, depois de alguns meses de prisão, exilar-se-ia em França, donde redigiu uma carta ao Directório do seu partido a anunciar a demissão da liderança do mesmo. A partir de então, vemo-lo a desempenhar cargos diplomáticos no estrangeiro, como, por exemplo, o de presidente da delegação portuguesa à Conferência de Paz, entre 1920 e 1921, e o de representante de Portugal na Sociedade das Nações, em 1920 e entre 1925 e 1926, ano em que chega a exercer a presidência da Assembleia desse organismo internacional. Entre o advento da Ditadura Militar e a sua morte, participará, ainda, em várias tentativas para derrubar o regime vigente. Membro da Maçonaria desde 1905, onde foi iniciado na loja “Futuro” sob o nome de *Platão*, também dirigiu o jornal *O Mundo*.



ÓLEO DE J. FILIPE, COLECCÃO FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

TOMÁS ANTÓNIO DA GUARDA CABREIRA

Tomás António da Guarda Cabreira nasceu em Tavira, a 23 de Janeiro de 1865, e veio a falecer a 4 de Dezembro de 1918.

Era filho do general Tomás Cabreira e de Francisca Emília Pereira da Silva Cabreira.

Neto do ilustre marechal-de-campo Tomás António da Guarda Cabreira, oficial miguelista que fora agraciado com os títulos de conde de Lagos e visconde do Vale da Mata, o pai era, por sua vez, senhor do morgado do Patarinho, general-de-brigada e cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis, havendo recebido, ainda, a Medalha de Valor Militar.

Depois da instrução liceal, que completou em 1881, assentou praça no Regimento de Infantaria em 14 de Setembro do mesmo ano.

Segue-se a matrícula na Escola do Exército em 25 de Outubro de 1882, a qual deixou de frequentar, temporariamente, em 26 de Outubro de 1886, quando entra para a Escola Politécnica, onde faz o respectivo curso geral, com excepção da cadeira de Geometria Descritiva.

Antes, havia-se matriculado na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, em 1883, mas, persuadido em dar continuidade à sua carreira militar (alcançará, de facto, o posto de coronel, em 1918), não prossegue esse curso, preferindo, em 1891, regressar à Escola do Exército, onde se habilita com a carta de engenheiro civil, no ano de 1893.

Em 1898, é nomeado, a título definitivo, lente da Escola Politécnica, depois de ter sido lente substituto provisório da mesma instituição, das cadeiras de Química Mineral e Orgânica.

Mais tarde, veio a ser declarado vogal fundador da Academia das Ciências de Portugal, onde desempenhou o cargo de segundo-secretário, desde 1907 até à sua morte.

Do seu currículo académico, destacam-se, ainda, a obtenção, em 1916, do grau de doutor pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa – onde, dois anos depois, é promovido a professor ordinário – e a fundação da Universidade Popular de Lisboa, criada com o objectivo de ministrar assuntos diversos de utilidade pública.

Politicamente, iniciou-se no Centro Republicano Vieira da Silva, em 1881, e é considerado, poucos anos depois, como um republicano da esquerda radical, bebendo alguma influência no socialismo.

Em 1894, é proposto a deputado republicano pelo círculo de Faro, mas, conquanto fosse eleito, a sua entrada no Parlamento valeu-lhe, anos mais tarde, um destacamento para Trás-os-Montes por parte da hierarquia militar.

Enquanto exerceu a função de deputado, durante a Monarquia, participou nos projectos e propostas de lei que, a seu ver, interessavam à vida económica e financeira do País e, procurando criar condições para o florescimento do desejado regime republicano, funda o Grupo Republicano de Estudos Sociais.

Ainda antes da implantação da República, passa, em 1908, pela vereação da Câmara Municipal de Lisboa, onde estará até 1911. Neste mesmo ano, recebe o diploma de deputado à Assembleia Nacional Constituinte e, no ano seguinte, é eleito senador, cargo que exerce até 1913, quando é nomeado, em Setembro, vogal



da comissão de estudo do local destinado ao porto franco de Lisboa.

Em 9 de Fevereiro de 1914, é a vez de ser nomeado ministro das Finanças, cujo afastamento, verificado em 23 de Junho do mesmo ano, o próprio atribui a alguns dos seus correligionários. Tal facto, leva-o a demitir-se do Partido Democrático, a cujo Directório pertenceu, entre 1912 e 1914, e que chegou a dirigir, em 1914.

É ainda chamado a integrar o governo chefiado por José de Castro, mas declina o convite, preferindo dedicar-se a actividades extrapartidárias, como sejam a presidência e vice-presidência da União da Agricultura, Comércio e Indústria, que fundou.

Pertencendo à Maçonaria, de que veio a ser presidente do Conselho da Ordem do Grande Oriente Lusitano Unido, acaba, no final da vida, por se aproximar dos ideais conservadores.

Ao mesmo tempo que ocupou um lugar de notoriedade na Associação dos Jornalistas de Lisboa e na Associação da Imprensa Portuguesa, foi autor de uma obra extensa, dela se destacando os títulos sobre matérias económicas e financeiras, como *O Problema Financeiro e a sua Solução* (1912), *A Contribuição Predial* (1912), *O Problema Bancário Português* (1915) *A Defesa Económica de Portugal* (1917).

ANTÓNIO DOS SANTOS LUCAS

António dos Santos Lucas nasceu em Gouveia, a 13 de Junho de 1866, e veio a falecer na cidade da Guarda, a 25 de Setembro de 1939.

Era filho de José dos Santos Lucas e de Rosa Benedita da Conceição.



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

Foi educado entre as cidades da Guarda, Coimbra e Lisboa, onde frequentou, respectiva e sucessivamente, o liceu, a Faculdade de Matemática – era doutor pela Universidade de Coimbra – e a Escola do Exército.

Seguindo, depois, a carreira de oficial do Exército na arma de Engenharia, atingindo o posto de coronel em 1919, exerceu, em simultâneo, a actividade de professor na Escola Politécnica de Lisboa e na Faculdade de Ciências da mesma cidade, entre os anos de 1900 e 1936.

Neste intervalo de tempo, desempenhou ainda outros cargos, como o de administrador da Casa da Moeda (1914), director da Faculdade de Ciências e das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade e adjunto da repartição de Geodesia, além de ter realizado um estudo sobre a situação financeira do Cofre de Previdência dos Oficiais do Exército Metropolitano, em 1933, que lhe valeu um louvor.

Ao nível político, ocupou o lugar de ministro das Finanças, entre 23 de Junho a 12 de Dezembro de 1914. Durante o exercício do cargo, foram promulgados dois relevantes diplomas: a Lei de 30 de Junho, que estabelece a Inspeção da Fazenda Pública e remodela os serviços da Direcção-Geral da Fazenda Pública, criando uma repartição responsável pelo cadastro dos bens – a Repartição do Património –, e o Decreto de 3 de Agosto, que reorganiza, com maior detalhe, as repartições da Fazenda Pública.

ÁLVARO XAVIER DE CASTRO



COLEÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Álvaro Xavier de Castro, filho do doutor e vice-grão-mestre da Maçonaria José de Castro e de Maria Beneditina de Castro Pignatelli, nasceu a 9 de Novembro de 1878, na Guarda, e veio a falecer a 29 de Junho de 1928, em Coimbra.



COLEÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assentando praça em 1896, passou pelos postos de alferes (1902), tenente (1906) e capitão (1913), antes de chegar a major, em 1918. Frequentou o curso de oficial de Infantaria até 1901, passando, dois anos depois, à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, donde saiu em 1908 para seguir o curso colonial, que concluiu em 1911.

Exerceu também a advocacia e o professorado, leccionando no Instituto dos Pupilos do Exército. Embora a sua acção política se tenha iniciado antes da implantação da República, com uma participação activa no 28 de Janeiro de 1908 e filiado na loja "Portugal", a sua entrada nos corredores do poder acontece efectivamente a partir da revolução de 5 de Outubro, assumindo desde então uma posição influente no Ministério da Guerra, à frente da sociedade secreta militar "Jovem Turquia", que lidera desde Outubro de 1910.

Pouco depois, em 1911, é eleito, pela primeira vez, deputado, por Santa Comba, voltando a estar presente no Parlamento em 1919, por Lisboa, em 1921, por Bragança, e em 1922 e 1925, pela província de Moçambique.

A sua carreira ministerial teve início em 9 de Janeiro de 1913, quando tomou em mãos a pasta da Justiça no primeiro governo partidário de Afonso Costa, que conduziu até 9 de Fevereiro de 1914. Neste ano, em 12 de Dezembro, é a vez de ser investido no cargo de ministro das Finanças, função que exerceu até 25 de Janeiro de 1915.

Volta ao Executivo apenas em 1920, mas de uma forma intensa, uma vez que, nesse ano, estará à frente de três ministérios diferentes, o das



Colónias (de 3 a 21 de Janeiro), o do Interior (de 20 a 30 de Novembro) e o da Guerra (de 30 de Novembro a 24 de Maio do ano seguinte), com a particularidade de acumular a presidência do Governo com a segunda daquelas pastas.

De resto, esse tipo de situação repete-se poucos anos depois, quando se encarregar, em simultâneo, da presidência do Governo, da pasta das Finanças (em ambos os casos, entre 17 de Dezembro de 1923 e 6 de Julho de 1924) e da pasta da Guerra (entre 26 de Fevereiro e 8 de Março de 1924), reconhecendo-se que, no segundo destes mandatos, exerceu um importante papel na estabilização do escudo.

No decorrer da I República, participou na revolução de 14 de Maio de 1915, ajudando, então, a sublevar Santarém, cidade a que ficaria definitivamente ligado, por aí ter liderado a revolta republicana de 1919, logo depois de regressar de Moçambique, onde foi governador-geral entre 1915 e 1918.

Do ponto de vista da filiação partidária, começou por ser membro do Partido Republicano Português, mas, em 1920, quando chefiava a bancada parlamentar desse grupo político, acabou por fundar o Partido Reconstituente. Três anos depois, seria um dos fundadores da Acção Republicana.

Com a Ditadura Militar, numa situação de poucos rendimentos, foge para Paris, em 1928, não sem antes ter sido preso. Nesse mesmo ano, é-lhe concedida autorização para regressar à Pátria. Foi autor de crítica e arte nas publicações *Revista Nova* e *Arte e Vida*.

JOSÉ JOAQUIM PEREIRA PIMENTA DE CASTRO

José Joaquim Pereira Pimenta de Castro nasceu a 5 de Novembro de 1846, em Monção, e veio a falecer a 14 de Maio de 1918.

Era filho de Joaquim Pereira Pimenta de Castro, senhor da Torre do Fojo e morgado da Casa de Pias.

Iniciou os estudos em Coimbra, onde, depois de frequentar a Faculdade de Matemática, obteve o respectivo grau de bacharel.

Assentou praça em 1863 e cursou a arma de Engenharia, atingindo o posto de general-de-divisão em 1908, ano em que se tornou comandante da 3.ª Região Militar, no Porto. Foi nesta qualidade que, em 1911,

inquietou o ministro da Guerra de então, por dar apoio a oficiais avessos ao novo regime. Ainda no âmbito militar, foi ajudante-de-campo do rei e seria ainda membro do Estado-Maior-General do Exército, em 1911. No plano civil, além de ter exercido o cargo de director das Obras Públicas do distrito de Portalegre e ter sido membro do Conselho Superior de Justiça, destacou-se por sobraçar a pasta da Guerra do primeiro governo constitucional republicano, formado em 4 de Setembro de 1911, mas, logo em 8 de Outubro seguinte, foi demitido em consequência das incursões “monárquicas” de Paiva Couceiro pelo Norte do País.

Mais tarde, já em pleno conflito europeu, o Presidente da República nomeia-o, em 25 de Janeiro de 1915, para chefiar o novo Executivo, em que assume também a pasta das Finanças (de 25 a 28 de Janeiro de 1915), a da Guerra (de 25 de Janeiro a 14 de Maio de 1915) e a dos Negócios Estrangeiros (de 28 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1915).

Durante o seu governo, foi adiando as eleições e a abertura do Congresso, ao mesmo tempo que parecia aproximar-se das facções conservadoras, chegando a amnistiar Paiva Couceiro, o que, no conjunto, lhe valeu a revolta da Marinha de Guerra no dia 14 de Maio de 1915, que o conduziu à prisão e posterior deportação para Angra do Heroísmo.

Da sua obra escrita, destaca-se o tema das finanças, expresso nas obras *O Tesouro e o Contrato dos Tabacos* (1905), *O Nó Górdio dos Tabacos* (1906) e *O Crédito Predial – Crise e Solução* (1910).



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

HERCULANO JOSÉ GALHARDO



COLEÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Herculano José Galhardo nasceu em Lisboa, a 21 de Fevereiro de 1868, vindo aí a falecer a 4 de Fevereiro de 1944.

Era filho do almirante João Maria Galhardo. Fez os seus estudos na Escola Politécnica e na Escola do Exército, onde cursou Engenharia Militar e Civil, assim como o ramo de Estado-Maior. Iniciando sua carreira militar em 1892, como alferes, veio a atingir o posto de coronel em 1922.

Além de se ter dedicado ao professorado na Escola de Guerra, desempenhou diversas funções e cargos directivos, como o de consultor da Fábrica de Ocre (1910), director técnico da Fábrica de Cimento Tejo (1900-1910), membro da Comissão de Estudo e Construções da Fábrica de Munições de Braço de Prata (1903-1907) e da Comissão de Instalação da Fábrica de Barcarena (1907), administrador do Porto de Lisboa (1921-1926) e director das Oficinas dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste.

Depois da implantação da República, começou por ser chefe de gabinete do ministro Almeida Lima, em 1914.

Chamado ao governo do general Pimenta de Castro, quando então se dera a conhecer como o chefe dos democráticos infiltrados na Companhia dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, que aí sondavam as intenções dos movimentos sindicalistas, sobraçaria a pasta das Finanças entre 28 de Janeiro e 6 de Março de 1915. Mais tarde, Afonso Costa encarregá-lo-ia da pasta do Fomento, que exerceu entre 25 de Abril e 8 de Dezembro de 1917.

No Parlamento, ocupou o lugar de senador por Leiria (1915 e 1919) e por Lisboa (1921 e

1922), integrou a Comissão de Finanças do Senado e foi líder democrático desta câmara em 1920, tendo ainda sido membro da Comissão Constitucional do Congresso da República, da qual foi delegado às Conferências Internacionais Parlamentares de Comércio, entre 1915 e 1923. Mantendo-se filiado no Partido Unionista entre 1911 e 1915, passa, neste ano, a ser membro do Partido Republicano Português, a cujo Directório virá a pertencer em 1924. Maçon, foi iniciado, em 1905, na loja "José Estêvão", circunstância em que adoptou o nome simbólico de *Paulo*, e exerceu funções no Grande Oriente Lusitano Unido.



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

JOSÉ JERÓNIMO RODRIGUES MONTEIRO

José Jerónimo Rodrigues Monteiro, filho de pais solteiros, nasceu a 16 de Fevereiro de 1855, em Campo Maior, e veio a falecer a 20 de Setembro de 1931, em Cascais.

Começou os seus estudos superiores em Coimbra – aí concluindo, em 1876, o bacharelato em Matemática – e continuou os em Lisboa, onde se formou como engenheiro militar na Escola do Exército, no ano de 1879.

Embora seguisse a carreira das armas, que culminou com o posto de general, obtido em 1917, exerceu actividade docente na Faculdade

de Matemática (aí se tornando lente de 1.ª classe em 1891, depois de ter começado em 1887), na Escola do Exército (onde foi repetidor e lente) e no Instituto Comercial e Industrial de Lisboa (aqui, regeu, provisoriamente, a cadeira de Electrotecnia). Em ligação com a sua vida de militar, ocupou os lugares de chefe interino da secção técnica e de engenheiro-chefe de exploração da Manutenção Militar (este cargo, entre

1907 e 1911), de inspector do Serviço Telegráfico Militar (1912-1913), de comandante do Regimento de Sapadores Mineiros (1913-1914) e de inspector dos Serviços de Pioneiros (1913-1915).

Ao nível da administração civil, desempenhou o cargo de engenheiro-chefe da Repartição Técnica da Companhia das Águas de Lisboa, entre 1915 e 1931.

A sua actividade política começa em 1901, quando se torna membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa e é eleito deputado por Lagoa e Portalegre, repetindo a representação parlamentar em 1904, de novo por Portalegre, e em 1908, por Lisboa. Quando, nos inícios de 1915, o Governo manda prender oficiais conotados com a Monarquia, é um dos militares que protestam contra essa medida, numa mobilização que ficou conhecida por “Movimento das Espadas”. Aliás, é no novo governo resultante dessa contestação que exercerá o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros (de 4 de Fevereiro a 8 de Março de 1915) e o de ministro das Finanças – primeiro, interinamente (de 6 a 10 de Março de 1915) e, depois, em definitivo (de 10 de Março a 14 de Maio de 1915).

Em consequência da revolução de 14 de Maio de 1915, que depôs o Executivo de que fazia parte, é separado do serviço militar, vindo, no entanto, a ser reintegrado em Dezembro de 1917.

Era oficial da Ordem de São Tiago e cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis, além de ter recebido a Medalha Militar de Prata da Classe de Comportamento Exemplar.



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

JOSÉ MARIA TEIXEIRA GUIMARÃES

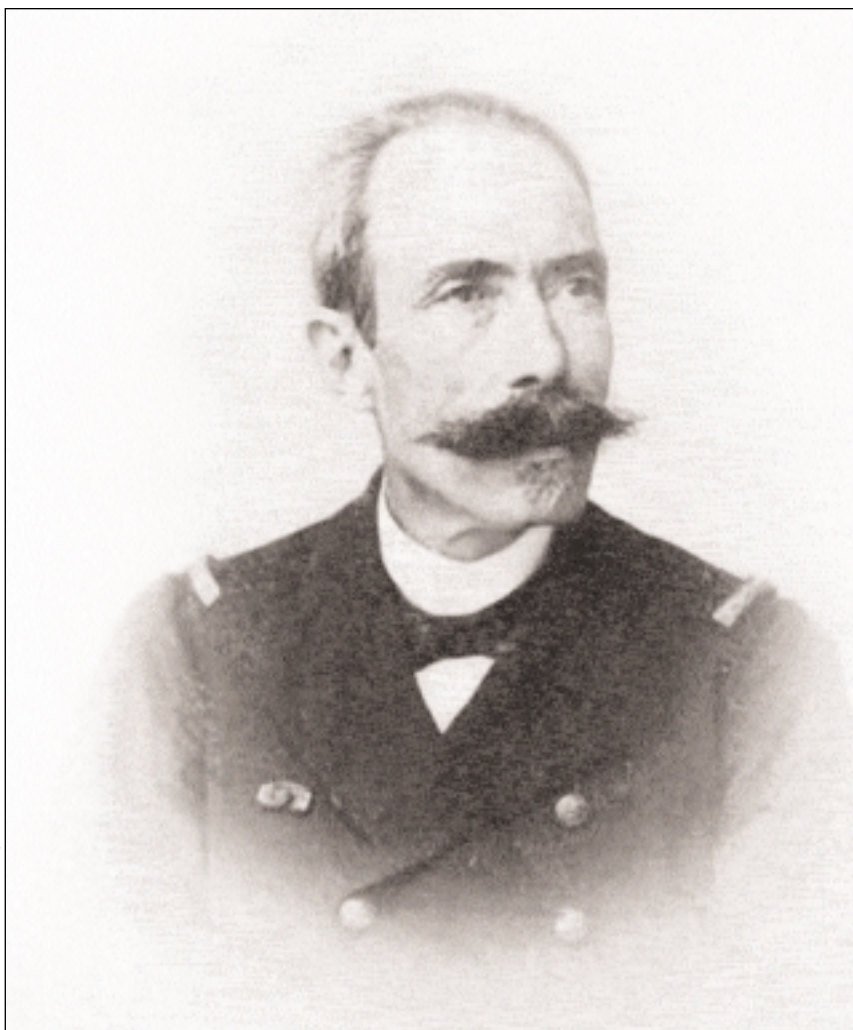
José Maria Teixeira Guimarães nasceu a 7 de Abril de 1845 e veio a falecer a 4 de Dezembro de 1915.

Com cerca de 14 anos, alistou-se na Armada e, depois de frequentar a Escola Naval, seguiu a carreira de oficial de Marinha, passando pelos postos de guarda-marinha (1866),

segundo-tenente (1869), primeiro-tenente (1878), capitão-tenente (1885), capitão-de-fragata (1890), capitão-de-mar-e-guerra (1895) e contra-almirante (1906), até atingir o de vice-almirante (1910).

Sabe-se que passou alguns anos no Oriente, quer como comandante da Divisão Naval do Índico e da canhoneira *Camões*, que naufragou em Macau em 1876, quer como secretário-geral do Governo Geral da Índia, Macau e Timor, cargo que exerceu entre 1881 e, pelo menos, 1886. No continente, desempenhou as funções de director da Escola Naval e da Cordoaria Nacional, integrando, também, desde 1911, a Majoraria Geral da Armada.

Depois da implantação da República, assume alguns cargos de nomeação política, como seja o de director-geral das Colónias, entre 1910 e 1911, o de ministro das Colónias, entre 10 de Março e 14 de Maio de 1915, e o de ministro das Finanças, entre 19 de Abril e 14 de Maio de 1915, desempenhando as sobreditas funções ministeriais no executivo liderado por Pimenta de Castro, facto que viria a ditar a sua separação do serviço militar após o derrube do governo ditatorial de que fazia parte.



ARQUIVO CENTRAL DA MARINHA. FOTO J. P. SABINO

TOMÉ JOSÉ DE BARROS QUEIRÓS

Tomé José de Barros Queirós nasceu em Quintãs, concelho de Ílhavo, a 2 de Fevereiro de 1872, e veio a falecer a 5 de Maio de 1925.

Era filho de António José de Barros e de Matilde da Conceição Queirós de Barros.

Descendente de lavradores, iniciou os estudos na Escola Elementar de Comércio já na década de 1890, quando era caixeiro na Casa José de Oliveira, de que veio a tornar-se proprietário em 1911, depois de ter ido para Lisboa com pouca idade e começado a trabalhar ao balcão aos 8 anos.

Responsável pela criação da Associação dos Caixeiros Nocturnos, foi na sua qualidade de comerciante – dos mais bem sucedidos de Lisboa,

que se ligou à imprensa, fundando *A Voz do Caixeiro* e colaborando n' *O Caixeiro*. Membro da direcção das companhias do Boror, Mutualidade Portuguesa (que co-fundou) e dos Caminhos de Ferro Portugueses (de cujo Conselho de Administração foi vogal, vice-presidente e presidente), faz uma primeira passagem pelo Ministério das Finanças entre 1908 e 1911, período em que ocupa os lugares de presidente do Conselho Disciplinar, presidente da Comissão de Reforma Aduaneira e Serviços Fiscais, secretário-geral e

director-geral da Fazenda Pública, devendo-se-lhe, ainda, a autoria da reforma tributária de 1911.

Depois de desempenhar funções ao nível da administração local, presidindo à Junta de Freguesia de Santa Justa e integrando, entre 1908 e 1911, a vereação da edilidade lisboeta, acaba por fazer a sua estreia governativa no lugar de ministro das Finanças do executivo saído da revolução de 14 de Maio de 1915, o qual exerce até 18 de Junho seguinte.

Voltará ao Governo entre 24 de Maio e 30 de Agosto de 1921, mas, desta vez, não só retoma a pasta das Finanças como chefia o próprio Governo. Durante este mandato, procurou recorrer ao crédito externo, mas a famosa operação de crédito de 50 milhões de dólares, que Afonso Costa prometeu arranjar na América, acabou por não se verificar, o que conduziu o Governo ao descrédito.

Ao longo do seu período de actividade política, foi eleito deputado diversas vezes e por vários círculos, desde Lisboa (1911 e 1922-1924) até à Horta (1922), passando por Torres Vedras (1911-1915), mandato em que se destacou por ter sido vice-presidente da Câmara dos Deputados e por ter apresentado um parecer sobre a lei de receita e despesa de 1912-1913.

Do ponto de vista ideológico, perfilhou o republicanismo e foi membro do Partido Republicano Português (a que aderiu em 1888), do Partido Unionista (entre 1911 e 1919), do Partido Liberal (a partir de 1919) e do Partido Nacionalista (depois de 1923).

Pertenceu, ainda, à Maçonaria, onde se iniciou, em 1912, na loja "Acácia", sob o nome de *Garibaldi*.



COLECCÃO ASSEMBLEIA DA REPUBLICA

VITORINO MÁXIMO DE CARVALHO GUIMARÃES

Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães nasceu em Penafiel, a 13 de Novembro de 1876. Era filho de João Antunes de Sousa Guimarães e de Amélia Augusta de Carvalho Guimarães. Depois de concluir o curso liceal em Viana do Castelo, prosseguiu os estudos nos institutos comerciais e industriais do Porto e Lisboa, vindo a concluir, na capital, a frequência da Escola do



COLEÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Exército, em 1901. Nesta instituição, também exerceu a docência, bem como no Instituto dos Pupilos do Exército, no Instituto Superior do Exército e no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Enquanto oficial do Exército, cuja carreira culminou, em 1936, no posto de coronel de administração militar, empenhou-se activamente na política, pois não só se envolveu na revolta de 28 Janeiro de 1908, contra João Franco, de quem havia sido partidário, como integrou o comité militar criado para a proclamação da República e pertenceu à "Jovem Turquia", associação paramilitar liderada por Álvaro Xavier de Castro. No contexto da Primeira Guerra Mundial, foi chefe dos serviços administrativos da 2.ª Divisão do Corpo Expedicionário Português, servindo, igualmente, de delegado à Comissão de Reparações (1919-1920) e de embaixador junto da Conferência Financeira de Bruxelas (1920) e da Conferência Económica da Guerra (1922). Participou, paralelamente, em várias comissões de contabilidade e de reforma do Banco Nacional Ultramarino, em 1919.

Estreou-se, na acção governativa, como ministro das Finanças, entre 19 de Junho e 29 de Novembro de 1915. Voltaria a sobraçar essa pasta de 16 de Dezembro 1921 a 6 Fevereiro de 1922, de 14 de Setembro a 30 de Novembro de 1922 e de 15 de Fevereiro a 1 de Julho de 1925, acumulando, no primeiro desses períodos, a pasta do Comércio (desempenhada entre 16 e 22 de Dezembro de 1915) e, no último, a presidência do Governo.

Foi, ainda, deputado, pelos círculos de Bragança (1911) e Moncorvo (1919).

ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA

António José de Almeida nasceu em Penacova, a 18 de Julho de 1866, e veio a falecer em Lisboa, a 31 de Outubro de 1929.

Filho de José António de Almeida e de Maria Rita das Neves e Almeida, modestos lavradores, estudou em Coimbra, onde frequentou a Faculdade de Medicina.

Na ressaca do *Ultimatum*, toma parte do Clube Republicano Académico, conimbricense, com o



COLEÇÃO PARTICULAR

intuito de preparar a revolução, redigindo então um duro ataque ao rei D. Carlos, publicado no jornal académico *O Ultimato*, que lhe valeu um período de três meses na prisão.

Concluído o curso em 1895, passou alguns anos a exercer a profissão médica em São Tomé, o que lhe deu a oportunidade de se especializar em doenças tropicais. De regresso à Europa, estagia em Paris entre 1903 e 1904, mas é em Lisboa que fixará consultório.

Membro do Partido Republicano Português e maçom, desempenhando, além de mais, um importante papel na formação da Carbonária e na orientação dos seus mais altos membros, torna-se a partir de então numa figura popular e prestigiada, para o que muito contribuiu a sua capacidade oratória, dada a conhecer nos comícios e no próprio Parlamento, entre 1906 e 1910.

Durante a ditadura de João Franco, participa na tentativa de derrube deste governante, em Janeiro de 1908, sendo um dos principais contactos dos bombistas, facto que o leva, uma vez mais, aos cárceres.

Juntamente com Afonso Costa e João Chagas, fez parte do Comité Revolucionário Civil, criado em 1909 e considerado essencial para a condução do movimento republicano. Implantado o novo regime, Afonso Costa, de quem era grande amigo e que o elegeu para o Directório do Partido Republicano, propiciou-lhe a direcção do Ministério do Interior, que assumiu entre 5 de Outubro de 1910 e 3 de Setembro de 1911. Torna-se, assim, responsável pela administração territorial e pelas eleições, esfera em que se lhe reconhecem esforços no âmbito da instrução e manutenção da ordem pública, num período



marcado por sucessivas greves, ocorrendo cerca de 250 entre o fim de 1910 e o início de 1911. Depois dessa primeira experiência ministerial, afastou-se formalmente do bloco afonsista, de que é prova a fundação do seu próprio partido, o Evolucionista, em 1912, o qual se caracterizava por uma certa heterogeneidade, aí militando conservadores, extremistas e descontentes, no fundo, aqueles que haviam sido deixados de fora por Manuel Brito Camacho e Afonso Costa, os dois mais poderosos dirigentes de então. Todavia, em 1916, reconcilia-se com o último – de quem dirá que preferia viver sob a sua tirania do que ser livre sob a monarquia de D. Manuel II – e aceita a presidência do Governo que ficou conhecido por União Sagrada, entre 15 de Março de 1916 e 25 de Abril de 1917, em que também foi ministro das Colónias e, interinamente, das Finanças. Continuando a apoiar Afonso Costa até à morte política deste, é eleito Presidente da República em 1919, com o apoio dos partidos Evolucionista, Unionista e mesmo de numerosos democráticos. No penúltimo ano do seu mandato presidencial, que cumpre até ao fim (1923), visita o Brasil, por ocasião da celebração do centenário da independência do país sul-americano. Ao longo da I República, exerceu o mandato de deputado nos períodos de 1911-1915, 1915-1917, 1919 e 1925. Estreando-se nas lides plumitivas ainda jovem, funda, enquanto ministro do Interior, o jornal *A República*, que começou a sair em Lisboa nos começos de 1911 e se tornou num meio de contestação para os oposicionistas de Afonso Costa. Na Maçonaria, pertenceu à loja “Montanha” e foi eleito, em 1929, grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, cargo que não chegou a desempenhar, devido à sua saúde precária.



ÓLEO DE HENRIQUE MEDINA, 1932. COLEÇÃO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ARTUR RODRIGUES DE ALMEIDA RIBEIRO



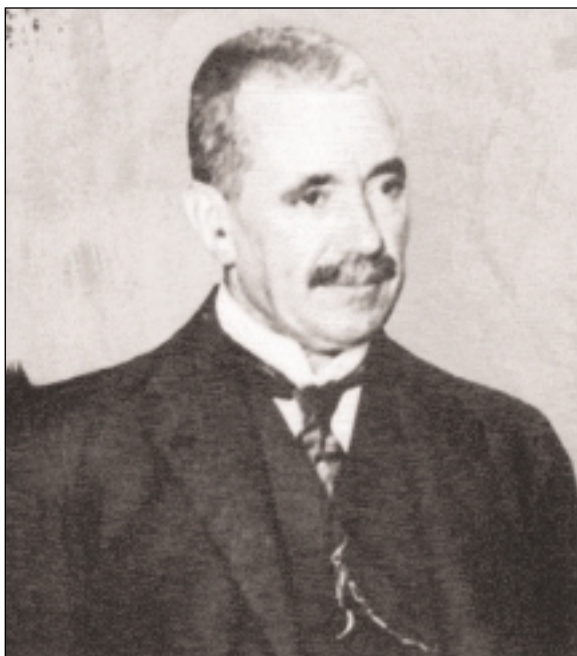
COLEÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro nasceu a 30 de Janeiro de 1865, em Cadoiços, Fornos de Algodres, e veio a falecer a 7 de Maio de 1943.

Estudando em Coimbra, aí concluiu o bacharelato em Direito, no ano de 1885.

Estreia-se na carreira da magistratura, nos territórios africanos, onde exerceu, entre 1886 e 1907, os lugares de delegado, juiz de direito e juiz da Relação de Luanda, chegando a juiz conselheiro. De regresso à Pátria, continua o seu percurso profissional na área da justiça, sendo juiz da Relação de Lisboa (1907-1919), vogal da comissão encarregada de rever os trabalhos da organização judiciária (1908-1909), auditor-geral junto do comandante da 1.ª Divisão Militar (1912), membro do Conselho Superior da

Magistratura Judicial (1912-1921), membro da comissão central de execução da Lei de Separação (1912-1927, com interrupções), membro do Tribunal Permanente de Arbitragem da Haia (1921-1923), juiz do Supremo Tribunal de Justiça (1919-1927) e juiz auditor no tribunal militar que julgou os oficiais revoltosos de 1925. Nas lides governativas, faz a



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

sua estreia em 9 de Janeiro de 1913, quando é empossado ministro das Colónias, pasta que dirige até 9 de Fevereiro de 1914. Durante este primeiro exercício, cujo âmbito lhe era familiar, visto pertencer ao Conselho Colonial desde 1911, apresenta duas propostas de alteração do regime de administração ultramarina, na linha do pensamento de António Enes, que serão vertidas nas leis n.ºs 277 e 278, de 14 de Agosto de 1914, as quais vigoraram até 1919.

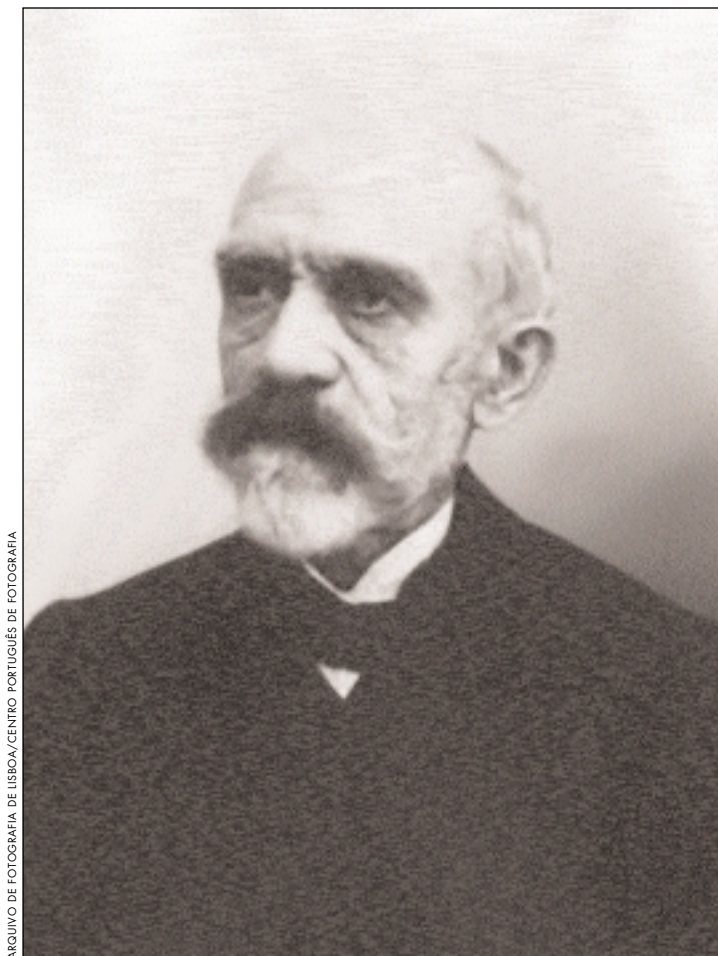
Regressa ao Executivo no período de 29 de Novembro de 1915 a 15 de Março de 1916, desta feita, à frente do Ministério do Interior, do qual transitará para o das Finanças, onde será o primeiro a exercer o cargo de subsecretário de Estado das Finanças, entre 18 de Maio de 1916 e 25 de Abril de 1917. Saindo deste lugar para volver à liderança do Ministério do Interior, onde ficará até à posse da Junta Revolucionária sidonista, assumirá, ainda durante o ano de 1917, a título provisório, a pasta das Finanças, de 7 a 25 de Outubro e de 19 de Novembro aos inícios de Dezembro. No mês em que termina a sua passagem pelo Executivo, é preso pelo regime sidonista, facto que se repetirá entre Outubro e Novembro de 1918.

Teve assento parlamentar em 1913, 1915 e 1921-1925, pelos círculos de Pinhel, Guarda e Lisboa Ocidental, respectivamente.

Membro do Partido Republicano Português, veio, mais tarde, a aderir ao Partido Democrático, de que, no entanto, foi expulso, em 1928. Durante o período da Ditadura Militar, torna-se vogal efectivo do Conselho Superior das Colónias, até 1935. Participou em diversos periódicos e publicou algumas decisões judiciais.

ANTÓNIO DOS SANTOS VIEGAS

António dos Santos Viegas nasceu em Coimbra, em 1870, e veio a falecer em Lisboa, em 1949. Era filho de António dos Santos Viegas, professor de Direito e reitor da Universidade de Coimbra. Estudou na sua cidade natal, onde, inclusive, obteve o bacharelato em Matemática e Filosofia na respectiva Universidade. Não terminando por aqui o seu percurso académico, veio a ingressar na Escola do Exército, ramo de Engenharia, que



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

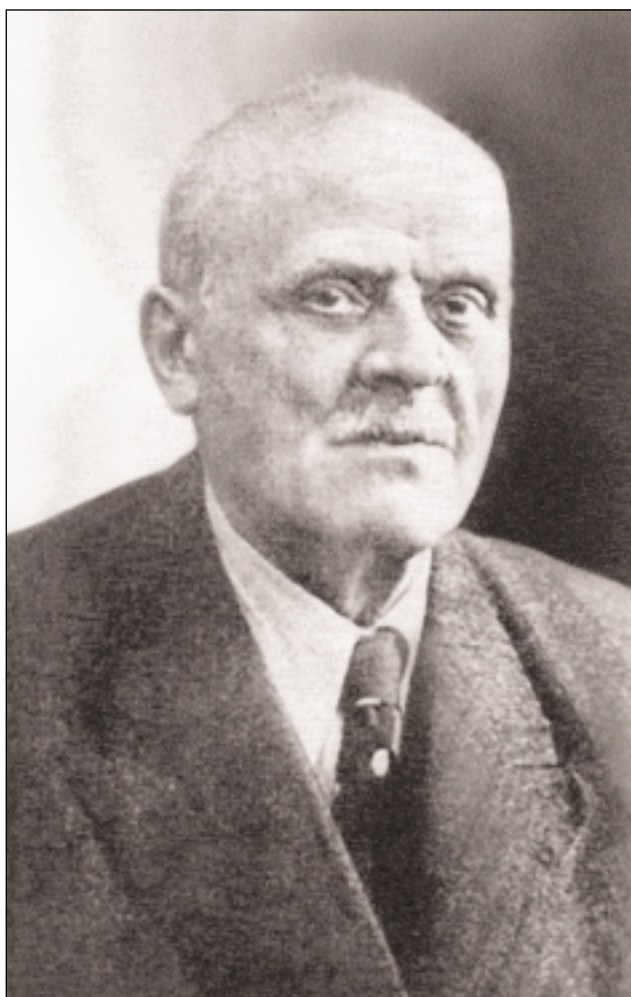
lhe abriu as portas para a carreira de oficial, em que logrou atingir o posto de coronel, em 1920. A sua formação propiciou-lhe, depois, o acesso ao Instituto Superior Técnico, onde foi professor. Pouco depois de assentar praça, estanciou, entre 1895 e 1896, em Moçambique, aí cumprindo serviço militar. Nos tempos seguintes, integrou os quadros do Ministério da Guerra e das Obras Públicas, ao que sucedeu chefiar a divisão de exploração dos Caminhos de Ferro Portugueses e de desempenhar os cargos de subdirector e engenheiro consultor desta empresa. A ligação à actividade ferroviária prolongar-se-ia, de resto, na Companhia da Beira Alta, a qual dirigiu. Exerceu, ainda, as funções de delegado técnico na Conferência de Paz, entre 1918 e 1919, e de inspector das Obras Públicas, antes de se juntar aos destinos do Banco Nacional Ultramarino, onde foi comissário do Governo, entre 1927 e 1931, e presidente do respectivo Conselho de Administração, entre 1931 e 1949. Repartiu a sua actividade política entre a I República e o Estado Novo. Se, neste período, em 1935, foi procurador à Câmara Corporativa, naquele, além de ser membro do Partido Unionista, exerceu o cargo de ministro das Finanças em plena vigência sidonista, entre 11 de Dezembro de 1917 e 7 de Março de 1918.

FRANCISCO XAVIER ESTEVES

Francisco Xavier Esteves nasceu em Ílhavo, em 1864.

Era filho de Alberto Faria Esteves e de Elisa Correia.

Faz os seus estudos no Porto, aí concluindo, em 1886, o curso de Engenharia na Academia Politécnica. Logo depois, passou a leccionar no Instituto Industrial e Comercial e na Faculdade



IN PARA A HISTÓRIA DO ASSOCIATIVISMO EMPRESARIAL

Técnica, ambas as instituições situadas naquela cidade nortenha.

Enquanto candidato do Partido Republicano Português, a cujo Directório pertenceu entre 1899 e 1902, foi eleito deputado pelo Porto em 1899, 1900 e 1911. Viria a repetir semelhante eleição em 1918, também pelo círculo do Porto, sendo então filiado no Partido Nacional Republicano e membro do respectivo Directório.

Depois de passar pela administração local, havendo sido vereador (1907-1910) e presidente da Câmara Municipal do Porto (1910-1912), exerceu cargos de ministro do Comércio, entre 11 de Dezembro e 7 de Março de 1918, e de ministro das Finanças, nos períodos de 7 de Março a 15 de Maio de 1918 e desde esta data a 1 de Junho do mesmo ano. Nas funções de ministro das Finanças, corria o mês de Abril de 1918, exigiu que o pagamento de 50 por cento do valor dos impostos alfandegários fosse efectuado em divisas.

Como industrial que era, em contacto com as "forças vivas" nacionais, representou a Associação Industrial Portuense no Congresso Colonial de 1924. No ano seguinte, recandidatar-se-ia, novamente pelo Porto, a um lugar de deputado, na lista da União dos Interesses Económicos.

Viria ainda a desempenhar o cargo de director da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta, já durante o período da Ditadura.

Nos seus tempos de estudante, publicou o *Album Litterario*, donde constam escritos traduzidos das mais diversas línguas.

JOAQUIM MENDES DO AMARAL

Joaquim Mendes do Amaral nasceu em Alcácer do Sal, a 4 de Janeiro de 1885, e veio a falecer a 8 de Agosto de 1961.

Era filho de Abel Augusto da Costa Amaral, advogado, e de Maria Sofia Mendes Rato. Estudou em Lisboa, aí se formando como engenheiro industrial na Escola Militar – ramo de Artilharia.

Seguindo a carreira das armas, em que alcançou a graduação de major (1931), veio a leccionar na Escola de Guerra e a ser adido militar, cujo exercício lhe proporcionou o contacto com a África e a Europa Ocidental.



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

Desempenhou, ainda, cargos administrativos de alto nível, como o de governador do Banco de Angola (1932) e o de presidente do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Alentejo. Durante a I República teve, igualmente, uma participação política activa, quer no Parlamento – onde, entre 1922 e 1925, teve assento como candidato do Partido Republicano Presidencialista, por Lisboa – quer no governo chefiado por Sidónio Pais, exercendo, então, os cargos de ministro do Comércio, entre 15 de Maio e 8 de Outubro de 1918, e das Finanças, entre 1 de Junho e 8 de Outubro de 1918. No seu mandato à frente do Ministério das Finanças, procedeu-se ao aumento da contribuição predial, bem como à tributação dos lucros excepcionais derivados do conflito mundial, na medida em que fossem superiores à média dos anos anteriores, passando a verificar-se a taxação de 25 por cento para os primeiros cinco contos, 50 por cento para os seguintes 40 contos e 80 por cento para o restante. Foram proibidas, igualmente, as operações cambiais não relacionadas com a importação ou exportação, mas, como todas estas medidas aterrorizassem a praça de Lisboa, logo foram suspensas ou revogadas. Seria ministro da Agricultura já sob a Ditadura Militar, entre 7 de Julho e 10 de Novembro de 1928, e passaria, nessa altura, às fileiras da União Nacional, de que foi presidente da Comissão Executiva. Finalmente, no Estado Novo, regressou ao hemiciclo – alcançando a vice-presidência da Assembleia Nacional – e foi presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, em meados da década de 1940.

JOÃO TAMAGNINI DE SOUSA BARBOSA



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR



COLECCÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

João Tamagnini de Sousa Barbosa nasceu a 30 de Dezembro de 1883, em Macau, e veio a falecer a 15 de Dezembro de 1948.

Descendendo de uma família nobre italiana, era filho do conselheiro Artur Tamagnini de Abreu da Mota Barbosa, que exercera o cargo de inspector-geral da Fazenda do Ultramar, e de Fátima Carolina Correia de Sousa Barbosa. Fazendo os primeiros estudos no Colégio Jesuíta de Macau, transitou, depois, para a metrópole, onde frequenta, em 1904, a Escola do Exército (arma de Engenharia) e, no ano seguinte, a Escola Politécnica.

Oficial do Exército, exerceria, entre 1936 e 1942, o cargo de director do Instituto dos Pupilos do Exército e, em 1943, o de comandante militar da ilha Terceira, depois de, no ano transacto, ter atingido a patente de brigadeiro, com que terminou a sua carreira.

Na administração civil ultramarina, ocupou os lugares de engenheiro-chefe das obras do porto de Lourenço Marques, engenheiro director dos Portos e Caminhos de Ferro e engenheiro-chefe da Repartição de Obras Públicas de Inhambane. No continente, foi membro da Comissão Técnica de Caminhos de Ferro da Metrópole, vogal, por Macau, do Conselho Colonial, administrador-geral dos CTT e representante da Companhia de Altos Fornos e Acearias de Portugal.

Depois da instauração da Ditadura Militar, exerceu a docência na Escola Nacional, foi director da Parceria dos Vapores Lisbonenses, da Empresa Geral de Transportes e das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade e, ainda, administrador da Companhia Carris de Ferro de Lisboa.

Ao nível político, a sua intervenção iniciou-se pela presidência das câmaras municipais de Lourenço Marques e Inhambane e prolongou-se, na I República, pelo exercício dos mandatos de deputado por Moçambique (entre 1915 e 1917) e Tomar (entre 1918 e 1919 e entre 1925 e 1926) e pela acção governativa.

Neste caso, fez parte do executivo de Sidónio Pais – como ministro das Colónias (entre 11 de Dezembro de 1917 e 7 de Março de 1918 e desta data a 15 de Maio de 1918), do Interior (de 15 de Maio a 8 de Outubro de 1918) e das Finanças (de 8 de Outubro a 23 de Dezembro) – e chefiou o seu próprio, entre 23 de Dezembro de 1918 e 28 de Janeiro de 1919, onde acumulou a já sua conhecida pasta do Interior. Durante o seu governo, de herança sidonista, teve de fazer frente a várias revoltas republicanas e monárquicas, de que se destacam, no primeiro caso, a revolta de Santarém e, no segundo, as revoltas de Lisboa e do Porto, ficando esta por debelar à data da sua demissão.

Viria a ser detido por duas vezes na década de 1920, tendo sido deportado, na sequência da sua segunda prisão, em 1927, para a ilha da Madeira, embora regressasse ao continente ainda nesse ano.

Militou em diversas organizações partidárias, começando no Partido Radical (pelo qual foi, em 1911, candidato a deputado por Lisboa), passando pelos partidos Evolucionista, Dissidente, Centrista, Nacional Republicano, Liberal e terminando no Nacionalista.

Pertenceu, ainda, à Maçonaria, onde se iniciou na loja lisboense “Pátria e Liberdade”, sob o nome de *Wagner*.

VENTURA MALHEIRO REIMÃO



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

Ventura Malheiro Reimão nasceu em Viana do Castelo, a 24 de Outubro de 1886, e veio a falecer a 21 de Julho de 1965. Era filho de José Reimão Teles de Meneses e de Adelaide Amélia Lima de Espregueira.



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

Foi aluno da Escola do Exército, onde concluiu o curso da arma de Engenharia.

Na sua carreira de oficial, integrou o Corpo Expedicionário Português e atingiu a patente de tenente-coronel em 1936, um ano antes de passar à reserva.

A sua aparição política cumpre-se em 1918-1919, período em que é eleito deputado pela sua terra natal (voltará a sê-lo entre 1922 e 1925) e se torna membro do governo sidonista de Tamagnini Barbosa, que lhe confia a pasta das Finanças, no período de 23 de Dezembro de 1918 a 28 de Janeiro de 1919.

Não tendo filiação partidária, acaba, no entanto, por se aproximar do Partido Republicano Português.



COLEÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ANTÓNIO DE PAIVA GOMES

António de Paiva Gomes nasceu a 10 de Janeiro de 1878, em Leomil, e veio a falecer a 19 de Novembro de 1939.

Era filho de José Gomes Ferreira Pinto, proprietário e médico das câmaras de Vila Nova de Foz Côa, Trancoso e Moimenta da Beira, e de Maria Isabel de Paiva Gomes.

Concluindo, em 1902, o curso da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, ingressa, no ano seguinte, na recém-criada Escola de Medicina Tropical de Lisboa.

A formação bebida nessas escolas – que acumulou com a carreira de oficial militar, atingindo o posto de coronel – conduziu-o a

Macau, Timor e, sobretudo, a Moçambique, onde se manteve alguns anos, por diversos períodos, ora praticando medicina e mantendo ligação com o hospital de Lourenço Marques (1905-1907), ora desempenhando os lugares de guarda-mor e chefe interino dos Serviços de Saúde (1934-1939).

No continente, viria a ocupar o lugar de vogal do Conselho Superior de Finanças.

A sua actividade política despontou, de resto, nos territórios ultramarinos, nomeadamente, em Lourenço Marques, onde fundou o periódico *O Incondicional*, que circulou durante o ano de 1910, e dirigiu o Centro Republicano Couceiro da Costa.

No decurso da I República, foi eleito deputado por Moimenta da Beira logo em 1911, voltando ao Parlamento entre 1919 e 1926, pelo círculo de Lamego.

A sua participação ao nível governativo teve apenas início em 28 de Janeiro de 1919, quando sobraçou a pasta das Finanças, até 30 de Março seguinte. Regressaria, no entanto, ao Executivo, no papel de ministro das Colónias, que desempenhou por três vezes: de 30 de Novembro de 1920 a 2 de Março de 1921; desta data a 24 de Maio de 1921 e, finalmente, de 15 a 16 de Fevereiro de 1925.

Membro do Partido Republicano Português (Democrático), pertenceu, ainda, à Maçonaria, no seio da qual foi iniciado em 1904, na loja “Cruzeiro do Sul”, adoptando o nome de *Câmara Pestana*.

Entre as obras da sua autoria, destacam-se *Timor* e *Quatorze Anos de Timor* (1.ª série, 1909), que escreveu sob o pseudónimo “Zola”.



COLEÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

AUGUSTO DIAS DA SILVA

Augusto Dias da Silva nasceu em 1887, em Lisboa, e veio a falecer a 8 de Abril de 1928. Filho de um industrial de Lisboa, é aqui que cumpre os estudos pré-universitários, embora escolhesse seguir as pisadas do pai à carreira académica.



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

Tornando-se, assim, num industrial, proprietário de automóveis, cedo, porém, se aproxima das causas sociais, facto que o leva a filiar-se no Partido Socialista, em 1905.

Dirigente desta formação e membro da sua Junta Directiva, acumula os papéis de fundador e financiador do jornal diário *O Socialista*, além de se envolver na defesa de reivindicações operárias, na Amadora e em Benfica.

No decurso da I República, mantendo-se fiel ao seu ideário, participa na revolta republicana de Santarém, no início de Janeiro de 1919, ao lado de Álvaro Xavier de Castro, e, em meados do mesmo mês, na tomada da serra de Monsanto às forças monárquicas.

No novo governo que sucede a essas campanhas, chefiado por José Relvas, ocupará, entre 28 de Janeiro e 30 de Março de 1919, o lugar de ministro do Trabalho e, entre 15 de Fevereiro e 30 de Março do mesmo ano, o de ministro das Finanças, a título interino.

Ainda em 1919, é eleito deputado por Lisboa, círculo pelo qual voltará a candidatar-se em 1921 e 1922, mas sem quaisquer resultados. Passou, ainda, pela administração local, integrando as vereações das câmaras municipais de Loures e de Lisboa.

AMÍLCAR DA SILVA RAMADA CURTO

Amílcar da Silva Ramada Curto nasceu em Lisboa, em 1886, e aí veio a falecer, em 18 de Outubro de 1961.

Era filho de João Rodrigues Ramada Curto e de Delfina Guiomar da Silva Ramada Curto.

Começa a frequentar a Universidade de Coimbra em 1905, dois anos antes da greve académica, na qual se envolve como um dos principais impulsionadores, o que lhe valeu a expulsão por

um período de dois anos. Apesar disso, até 1910, ano em que conclui o bacharelato em Direito, prossegue a sua actividade conspirativa, bem atestada pelo seu envolvimento na fundação da Escola 31 de Janeiro, da Liga da Academia Republicana e do Centro Académico Republicano de Coimbra, assim como pelo papel que lhe coube na organização do comité académico e civil para a revolução outubrista.

A sua intervenção política não se quedaria por aí, vindo a ter vários desenvolvimentos no decorrer da

I República. O primeiro deles data de 1911, quando é proposto deputado por Coimbra, função que voltará a exercer entre 1915 e 1917, pelos círculos de Covilhã e Évora, e entre 1919 e 1925, desta feita, por Lisboa, liderando nessa altura a bancada minoritária do Partido Socialista, ao qual havia aderido em 1919, depois de passar pelas fileiras do Partido Republicano Português.

À experiência parlamentar, seguiu-se a governativa, ao sobraçar, entre 30 de Março e 28 de Junho de 1919, a pasta das Finanças e, entre 21 de Janeiro e 8 de Março de 1920, a do Trabalho, onde promoveu importantes reformas de carácter socialista.

Depois do golpe de 26 de Maio de 1926, encontra-se entre os opositores ao regime ditatorial que dali resultou.

Como activista republicano, dirigiu diversos periódicos, como *A Pátria*, *A Revolta*, *O Povo*, *A Liberdade* e *A Marselhesa*.

Além da prática política, a sua vida profissional dividiu-se, também, entre a advocacia e a escrita. Na barra dos tribunais, distinguiu-se pela intervenção em pleitos criminais famosos, como o dos implicados na "Noite Sangrenta", de 19 de Outubro de 1921, ou o do Banco de Angola e Metrópole. No campo da literatura, a escrita dramática foi o género a que se dedicou mais constantemente, deixando-nos cerca de três dezenas de obras, de que são exemplares *O Caso do Dia* (1926), *O Homem Que Se Arranjou* (1928), *A Cadeira da Verdade* (1932), *Sol Poente* (1934) e *O Gonzaga* (1941). Foi, ainda, vogal do Conselho Superior de Finanças e seu presidente até 1926.



FOTO CEDIDA PELO GRÉMIO LUSITANO

FRANCISCO DA CUNHA REGO CHAVES

COLEÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Francisco da Cunha Rego Chaves nasceu em Lisboa, a 19 de Setembro de 1881, em Lisboa, vindo a falecer a 6 de Fevereiro de 1941.

Era filho de António Augusto Chaves, general-de-brigada, e de Mariana Angélica da Cunha Rego Chaves.

Entrou ao serviço do Exército em 1897, onde, prosseguindo a arma de Engenharia, passou pelos postos de alferes (1905), tenente (1906), capitão (1911), major (1919) e tenente-coronel (1921), até alcançar a patente de coronel (1927), seis anos antes de passar à reserva.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR



Além dos cargos de governador da Companhia do Niassa, administrador do Porto de Lisboa e director da Companhia Mineira Cabo Mondego, exerceu a docência na Escola de Guerra e no Liceu Camões, sendo esta a única actividade que manteve depois do golpe militar de 26 de Maio de 1926, se exceptuarmos a vida militar.

Membro do Partido Republicano Português e do seu Directório – passando, em 1920, para as fileiras do Partido Reconstituente –, destaca-se pela participação na revolta militar de 14 de Maio de 1915, apostada em derrubar a ditadura do general Pimenta de Castro, quando já havia sido chefe interino do gabinete do ministro da Guerra do governo imediatamente anterior.

Volveriam apenas quatro anos até que aparecesse como ministro das Finanças no governo de Alfredo Sá Cardoso, pasta que exerce entre 29 de Junho 1919 e 3 de Janeiro de 1920.

Viria a reassumir funções ministeriais ao fim de três anos, no governo liderado por Francisco da Cunha Leal, quando, à frente da pasta das Colónias, entre 16 de Dezembro de 1921 e 6 de Fevereiro do ano seguinte, se notabilizou pela forma como atalhou o grave problema económico que então se fazia sentir em Cabo Verde.

Em 1925, é nomeado alto-comissário em Angola, onde, correspondendo à reputação entretanto ganha, consegue resolver a situação monetária que obstava à regular actividade comercial e industrial da província. Além de ter exercido dois mandatos como deputado – de 1919 a 1921, por Aljustrel, e de 1922 a 1925, por Lisboa – candidatou-se ao Senado em 1922, por Aveiro. Recebeu a Medalha Militar de Ouro da Classe de Comportamento Exemplar em 1929.

ANTÓNIO MARIA DA SILVA

António Maria da Silva nasceu em Lisboa, a 26 de Maio de 1872, e veio a falecer a 14 de Outubro de 1950, sendo filho de António Maria da Silva e de Maria da Luz Marques Silva.



COLEÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Concluindo, em 1892, o curso de Engenharia de Minas na Escola do Exército, ingressa, de seguida, na Escola Politécnica, onde parece ter estado o tempo de formação habitual, visto que, em 1895, entra ao serviço do Ministério das Obras Públicas, para o qual foi nomeado engenheiro-ajudante da Companhia de Minas. Nessa função, haveria de ser promovido a engenheiro-subalterno e a engenheiro de 1.^a, em 1901 e 1910, respectivamente, ocupando, de permeio, entre 1904 e 1905, um lugar na direcção da Associação dos Engenheiros Civis. Ainda em 1910, torna-se director-geral interino da Estatística, para nos anos seguintes assumir os lugares de presidente da Sociedade de Propaganda de Portugal (1911) e de director-geral dos Correios e Telégrafos (1911-1915, 1917-1919 e 1919-1926).

Filiado no Partido Republicano Português ao tempo da Monarquia, a sua acção em prol do derrube deste regime, iniciada em 1907, contra o governo de João Franco, manifesta-se, sobretudo, na clandestinidade, ao serviço da Carbonária. Chega mesmo a ser um dos fundadores da Alta Venda da Carbonária, sociedade secreta criada na sequência do fracasso da revolta de 28 de Janeiro de 1908, que ombreará com outras organizações na preparação do movimento revolucionário. Envolvido nesse objectivo, foi um dos poucos chefes republicanos que participaram activamente no 5 de Outubro de 1910.

Implantado o novo regime, a sua carreira assume diversas direcções. Começa por exercer cargos de missão ou de nomeação política, como o de secretário-geral do Ministério do Fomento e o de



comissário da República junto da Companhia dos Tabacos, ambos em 1910.

No ano seguinte, toma assento como deputado, por Silves, dignidade em que voltará a ser investido pelo mesmo círculo (1925) e pelo de Lisboa (1915, 1919, 1921 e 1922).

Inicia em 1913 uma rica e intensa experiência governativa, ao assumir a pasta do Fomento no governo de Afonso Costa (cargo para o qual já havia sido convidado pelo Governo Provisório), entre 9 de Janeiro de 1913 e 10 de Novembro de 1911, mandato em que fica associado à transformação do porto de Leixões em infra-estrutura comercial. Voltará, novamente pela mão de Afonso Costa, à direcção do Ministério do Fomento, entre 29 de Novembro de 1915 a 15 de Março de 1916, mudando, no dia seguinte, para o Ministério do Trabalho, que dirigirá até 25 de Abril de 1917.

Retoma as responsabilidades ministeriais durante o mês de Janeiro de 1920, quando é nomeado, por duas vezes (dos dias 3 a 15 e de 15 a 21), ministro das Finanças. Ainda nesse ano, estreia-se como chefe do Governo, entre 26 de Junho e 19 de Julho de 1920, em cujo mandato acumula a pasta das Finanças – a qual exercerá uma vez mais em 1921 (de 2 de Março a 23 de Maio), no governo de Bernardino Machado.

A partir de então, quando voltar a assumir pastas ministeriais, fá-lo-á sempre na qualidade de chefe do Governo. Assim é no Executivo de 6 de Fevereiro a 30 de Novembro de 1922, em que, acumulando a pasta do Interior, se destaca pela prisão dos principais cabecilhas da revolta de 19 de Outubro de 1921 e pela neutralização da Guarda Nacional Republicana, que, pelo seu papel de contrapoder, foi efectivamente desarmada e reduzida; no de 30 de Novembro a

7 de Dezembro de 1922, acumulando as pastas do Interior e da Agricultura; no de 7 de Dezembro de 1922 a 15 de Novembro de 1923, acumulando as pastas da Guerra, Instrução e Agricultura; no de 1 de Julho a 1 de Agosto de 1925, acumulando a pasta da Guerra, e, finalmente, no de 17 de Dezembro de 1925 a 30 de Maio do ano seguinte, em que acumulou a pasta do Interior e se viu associado ao caso das notas falsas do Banco Angola e Metrópole e a intenções obscuras na renegociação do contrato dos tabacos, circunstâncias que concorreram para o golpe de Estado militar que esteve na origem da sua deposição.

A sua governação ficou ainda conhecida pelo desmantelamento do sistema do “pão político” e pela defesa do câmbio do escudo.

Após a implantação da Ditadura Militar, distingue-se na oposição ao regime e, por consequência, conhece a prisão, como nos tempos da I República, em 1918.

Ao nível partidário, tornara-se chefe do Partido Democrático após o exílio de Afonso Costa, formação a que tinha regressado em 1914, depois de ter chefiado o Grupo Independente desde 1911.

Pertenceu, também, à Maçonaria, aí se iniciando na loja “Solidariedade”, com o nome de *Desmoulins*, e desempenhando o cargo de grão-mestre-adjunto do Grande Oriente Lusitano Unido.

Produziu obra sobre assuntos termais e foi condecorado com a grã-cruz da Ordem da Torre e Espada.



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

FRANCISCO JOSÉ DE MENESES FERNANDES COSTA

Francisco José de Meneses Fernandes Costa nasceu em Foz do Arouce, concelho da Lousã, a 19 de Abril de 1867, e veio a falecer a 19 de Julho de 1925.

Era filho de Francisco José Fernandes e de Leopoldina da Conceição.

Obeve o grau de bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, cidade onde, anos antes, fizera os estudos pré-universitários e que, depois da formatura, assistiria ao começo da sua actividade profissional, como advogado e professor do Liceu Central, aqui leccionando até 1910.

Viria, depois, a assumir os lugares de vogal do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado (1910), de cônsul-geral no Rio de Janeiro (1911) e de presidente da

Junta do Crédito Público (1911-1925).

Republicano, maçom e carbonário no período da Monarquia, é com o advento da República que a sua actividade política se intensifica.

Logo em 1910, encontramos-lo à frente do Governo Civil de Coimbra e nas funções de ajudante do procurador-geral da República, que desempenha até 1911.

Data deste ano a sua estreia como deputado, eleito que foi pelo círculo

de Arganil, voltando ao exercício parlamentar em 1913 e 1915, por Coimbra, e nos períodos de 1919-1921 e 1921-1922, novamente por Arganil.

Segue-se, por fim, a assunção de funções governativas, o que acontece pela primeira vez entre 16 de Junho de 1912 e 9 de Janeiro de 1913, quando desempenha o cargo de ministro da Marinha. No seguimento da revolta de 14 de Maio de 1915, contra a ditadura de Pimenta de Castro, é reconduzido na referida pasta, que exerce até 18 de Junho desse ano.

Passará, ainda, pela pasta do Fomento (entre 16 de Março de 1916 e 25 de Abril de 1917), até ser nomeado, pela primeira e única vez, chefe do Governo, que devia acumular com a pasta das Finanças. Não chega, todavia, a entrar em funções, derrubado que foi o seu executivo, no próprio acto da tomada de posse, pelo "Grupo dos 13", um dos vários agrupamentos arruaceiros que serviam de suporte ao Partido Democrático.

Em 1921, faria uma derradeira incursão pelas lides ministeriais, ao assumir a pasta da Agricultura (de 30 de Agosto a 30 de Setembro) e do Comércio (no mês de Agosto, até dia 30, e de 30 de Agosto a 13 de Outubro), terminando a sua prestação nas vésperas da "Noite Sangrenta" de 19 de Outubro, acontecimento que marcou o seu afastamento da vida política. Ao nível partidário, começou por ser membro do Partido Republicano Português, do qual passou aos partidos Evolucionista, Liberal e Nacionalista. Paralelamente, pertenceu à Carbonária de Coimbra e à Maçonaria, aqui se iniciando na loja "Portugal", sob o nome de *Gomes Freire*.



COLEÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ANTÓNIO JOAQUIM FERREIRA DA FONSECA

António Joaquim Ferreira da Fonseca nasceu em 1887, na vila de Trancoso, e veio a falecer a 22 de Junho de 1937.

Era filho de João Abel da Silva Fonseca e de Beatriz Augusta Ferreira.

Estudante em Coimbra, acaba por aí ingressar na Faculdade de Direito e obter, em 1910, o respectivo bacharelato.

Fazendo da advocacia a sua profissão, ocupará, no entanto, outros cargos, como o de director-geral da Junta do Crédito Público, presidente do Tribunal de Contas, onde se manterá até 1937, e presidente da Tobis Portuguesa, que fundou em 1932.



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

Republicano, membro de vários partidos (Democrático, Reconstituente, Nacionalista e Acção Republicana), a sua actividade política inicia-se com a participação na greve académica de 1907. Durante a I República, torna-se deputado logo em 1911, pela Guarda, e é sucessivamente reconduzido nessas funções até 1926 (à excepção do período sidonista), passando, no entanto, a ser eleito pelo círculo de Gouveia em 1919.

O estatuto de ministro, alcançá-lo-ia, finalmente, no executivo de Domingos Pereira, onde assume a pasta das Finanças, entre 21 de Janeiro e 8 de Março de 1920.

Embora se encontre à frente do Ministério do Trabalho no período de 22 de Novembro a 30 de Dezembro de 1920, o seu exercício ministerial virá a ser dominado pela pasta do Comércio, de que se torna responsável entre 22 de Novembro e 30 de Dezembro de 1920 e que volta a exercer entre 30 de Novembro de 1920 e 2 de Março de 1921, 2 de Março e 24 de Maio de 1921 e, pela derradeira vez, entre 18 de Dezembro de 1923 e 28 de Fevereiro de 1924.

Deste ano até 1926, exerceria, ainda, o cargo de ministro de Portugal em Paris, em substituição de João Chagas.

FRANCISCO DE PINA ESTEVES LOPES

Francisco de Pina Esteves Lopes nasceu em Escalos de Baixo, a 3 de Dezembro de 1874, e veio a falecer em Lisboa, a 11 de Dezembro de 1962.

Era filho de Sebastião Lopes Esteves e de Catarina Angélica.

Ingressa no Exército em 1892, na arma de Cavalaria, e aí fez carreira de oficial, na área da Administração Militar, alcançando, em 1922, o posto de tenente-coronel e passando, em 1934, à reserva.

Começa por prestar serviço em Moçambique, como secretário do governo de Gaza, ao que se segue, após o seu regresso ao continente, em 1907, o exercício dos cargos de tesoureiro e de

director dos serviços de contabilidade da Delegação do Sul da Guarda Fiscal. Voltaria a desempenhar as funções de tesoureiro na Comissão do Centenário da Guerra Peninsular, em 1912.

Ocuparia, seguidamente, os lugares de director das Oficinas Gerais de Material de Guerra e Fardamento e de comandante do Comboio Automóvel, até que, em 1917, integra o Corpo Expedicionário Português, por cujos bons serviços veio a receber a Medalha de Prata, em 17 de Maio de 1919.

Finda a Grande Guerra, passa, em 1920, para a direcção da Manutenção Militar, onde permanecerá nos três anos seguintes.

A partir de 1923, ano em que obtém licença ilimitada do foro militar, dedica-se à administração de diversas empresas públicas, como a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, a Companhia Nacional de Alimentação, a Companhia Industrial de Portugal e Colónias, a Companhia Agrícola e Pecuária de Angola, a Companhia dos Caminhos-de-Ferro Meridionais e o Banco Português do Continente e Ilhas.

Membro do Partido Democrático, teve assento parlamentar como senador e deputado (em 1915 e 1919, respectivamente), além de haver sobraçado a pasta das Finanças nos governos de António Maria Baptista e de João Ramos Preto, entre 8 de Março e 26 de Junho de 1920, naquela que foi a sua única passagem pelo executivo. Pertenceu, ainda, à Maçonaria, onde, em 1912, foi iniciado na loja "Madrugada", com o nome de *Protector dos Humildes*, que substituiu, em 1914, pelo de *Trasíbolo*.



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

ANTÓNIO JOAQUIM GRANJO

António Joaquim Granjo nasceu em Chaves, em 27 de Dezembro de 1881, e veio a falecer a 19 de Outubro de 1921.

Era filho de Domingos Pires Granjo, um curtidor e vendedor de peles.

Antes de obter, em 1907, o bacharelato em Direito pela Universidade de Coimbra, para onde se deslocou em 1899, tivera formação religiosa, frequentando o Seminário de Braga, entre 1883 e 1898, e cursando Teologia no Porto, no ano seguinte.

Foi por esta altura que assentou praça no Regimento de Cavalaria 6, experiência a que dará continuidade anos mais tarde, quando liderar um grupo de voluntários contra as invasões monárquicas de 1911 e 1912 e integrar o Corpo Expedicionário Português na qualidade de alferes miliciano.

Depois de concluir os estudos superiores em Coimbra, regressa à sua terra natal, onde se dedicará à advocacia até se fixar em Lisboa, no ano de 1919. A sua actividade política começa no contexto das greves estudantis em Coimbra – quando, em 1907, integra o Comité Revolucionário Académico – e consolida-se, logo a seguir, por via da organização de um núcleo revolucionário em Chaves e da participação no Comité Revolucionário de Trás-os-Montes, onde tem um importante papel na propaganda republicana.

Proclamada a República, torna-se administrador do concelho de Chaves e, em 1911, é iniciado na Maçonaria, no triângulo 187, de Santa Marta de Penaguião, adoptando o nome simbólico de *Buffon*. Nesse mesmo ano, dá início à sua carreira de deputado, eleito e reeleito por Chaves até 1921, em que se destaca, logo em 1912, por defender a amnistia para os inimigos do novo regime.

Depois de deixar o Partido Republicano Português e de se tornar membro do Partido Evolucionista, estreia-se como ministro entre 30 de Março e 28 de Junho de 1919, à frente da pasta da Justiça.

Em 15 de Janeiro de 1920, sendo já membro do Partido Liberal, a cujo Directório pertenceu desde os finais de 1919 a 1921, é nomeado ministro do Interior, mas não chega a tomar posse.

Quando voltou a ser nomeado para cargos governativos, assumiu a pasta da Agricultura e chefou o próprio Executivo, ambas as funções decorrendo entre 19 de Junho e 20 de Novembro de 1920, além de se ter encarregado da pasta das Finanças, a título interino, entre 14 de Setembro e 18 de Outubro de 1920. Será, ainda, ministro do Comércio, de 24 de Maio a Agosto de 1921, até acumular, pela última vez, a chefia do Executivo com uma pasta ministerial, desta feita, a do Interior, no período de 30 de Agosto até à “Noite Sangrenta” de 19 de Outubro de 1921, que ditou a queda do Governo e a sua própria morte.

Da sua participação na Grande Guerra, escreveu um livro de impressões, que intitulou *A Grande Aventura*, além de ter publicado poesia e dirigido o jornal *A República*.



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

INOCÊNCIO JOAQUIM CAMACHO RODRIGUES

Inocêncio Joaquim Camacho Rodrigues nasceu em 1867, em Moura, e veio a falecer a 11 de Setembro de 1943, em Lisboa.

Era filho de Manuel do Carmo Rodrigues da Costa e de Genoveva Máximo Camacho.

Faz os seus estudos em Lisboa, onde acaba por ingressar na Escola Médica e obter o grau de bacharel em Farmácia.

Ao terminar o curso, torna-se docente na Escola Politécnica, que também havia frequentado,

prosseguindo o ensino no Liceu Camões e na Faculdade de Ciências de Lisboa, onde alcançará, em 1929, o estatuto de professor, depois de ter começado, em 1899, como demonstrador de Física e de ter passado, em 1911, a primeiro-assistente. Proferiu também conferências de divulgação científica em colectividades de ensino popular e outras.

Ocupou o cargo de governador do Banco de Portugal entre 1911 e 1936, período em que representou Portugal na Conferência Económica de Londres e se viu confrontado com o famigerado caso “Alves dos Reis”.

Pertencente à geração do *Ultimatum*, filia-se no Partido Republicano Português e integra o seu Directório no período de 1909 a 1911, acabando por ter um papel activo na preparação da revolução de 5 de Outubro.

Implantada a República, de cuja proclamação pública fez parte, indicando a constituição do Governo Provisório na varanda dos Paços do Concelho da capital, destaca-se no Ministério das Finanças, no exercício dos cargos de director-geral da Fazenda Pública, director-geral da Tesouraria e secretário-geral, entre 1910 e 1911.

Neste ano, além de passar para as fileiras do Partido Unionista, liderado pelo seu irmão, Manuel de Brito Camacho, é eleito deputado pelo círculo de Évora, até 1915. Depois de, em 1919, se ter candidatado – sem sucesso – a deputado por Lisboa, fará parte, pela primeira e única vez, de um elenco governativo, sobraçando a pasta das Finanças no período de 19 de Julho a 20 de Novembro de 1920. Entretanto, havia-se tornado membro do Partido Liberal.

Colaborou nos jornais *A Luta* e *A Pátria*.



QUADRO DE ABEL MANTA, 1969, COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

FRANCISCO PINTO DA CUNHA LEAL



COLEÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Francisco Pinto da Cunha Leal nasceu a 22 de Agosto de 1888, em Pedrógão, concelho de Penamacor, e veio a falecer a 26 de Abril de 1970.

Era filho de um pequeno proprietário e funcionário público, José Pinto da Cunha, e de Maria da Piedade de Carvalho.

Fez os seus primeiros estudos no concelho do Fundão e em Castelo Branco, daí passando a Lisboa, onde, além de concluir o liceu, frequentou, entre 1905 e 1908, a Escola Politécnica e, a partir desse último ano, a Escola do Exército, na qual se formou, em 1912, como engenheiro militar e engenheiro civil e de minas. É então que inicia a carreira de oficial do Exército, no decorrer da qual integrará o Serviço de Torpedeiros (1912-1913) e os Pontoneiros de Tancos (1913-1914), servirá de chefe-de-brigada

nos Caminhos-de-Ferro de Angola (1913-1914) e participará na Grande Guerra, até que renuncia, em meados de 1926, à vida militar, no posto de capitão, que obtivera em 1917.

A sua acção política inicia-se em 1918, sob o signo do sidonismo, altura em que, além de se filiar no Partido Republicano Nacionalista e no Partido Centrista, é nomeado director-geral dos Transportes Terrestres e toma assento parlamentar



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

como deputado pela Covilhã, que ocupará até 1919.

Neste ano, tanto conhece a prisão, na sequência do seu envolvimento na revolta republicana de Santarém, como acabará por ser empossado no lugar de director-geral da Estatística.

Dá em diante, passará pelas fileiras do Grupo Parlamentar Popular (1919-1921), do Partido Liberal (1922-1923), que ajudou a criar e dirigiu, do Partido Nacionalista (1923-1926), de cuja bancada parlamentar foi líder e sublíder, e, por último, da União Liberal Republicana, partido que criou e chefiou em 1926, com o intuito de criar condições para a ocorrência de um golpe militar. Paralelamente, prosseguiu as funções parlamentares – havendo sido eleito deputado por Angola (1919-1921 e 1921-1922), Chaves (1922) e Vila Real (1925) – e estreou-se no governo entre 20 e 30 de Novembro de 1920, à frente da pasta das Finanças, depois de ter apelado, poucos meses antes, a uma política financeira de rigor, não só da parte da Administração do Estado, mas também dos contribuintes, a quem exigiu os pagamentos devidos. No período em que, pela primeira vez, tomou posse do cargo de ministro das Finanças, afirmou, ainda, que o Estado se encontrava “sem os recursos necessários para comprar o pão nosso de cada dia”.

Voltaria a dirigir o Ministério das Finanças entre 30 de Novembro de 1920 e 21 de Março de 1921 e entre 15 de Novembro e 18 de Dezembro de 1923.

Entretanto, depois de ter sido contactado para participar na revolta de 19 de Outubro de 1921 (em que fica ferido, por tentar salvar António

Grnjo, chefe do Executivo em queda), manter-se-á na presidência do executivo no período de 16 de Dezembro desse ano a 6 de Fevereiro de 1922, em acumulação com o lugar de ministro do Interior, oportunidade em que tenta impor alguma ordem nas ruas, através, sobretudo, do domínio do Exército sobre a Guarda Nacional Republicana. Todavia, depois dos maus resultados eleitorais de 29 de Janeiro de 1922 e de um desacerto diplomático com a Inglaterra, é substituído. Por essa altura, já havia começado a sua adesão à direita republicana, facto que o levará ao envolvimento no movimento militar de 18 de Abril de 1925 e à conseqüente prisão, quando ocupava o lugar de reitor da Universidade de Coimbra, exercido desde 1924.



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

Solto pouco tempo depois, torna-se advogado de defesa dos militares implicados naquela intenciona e é nomeado vice-governador do Banco Nacional Ultramarino, cargo que desempenha até 1926.

Depois do golpe militar de 26 de Maio desse ano – intervenção por si apoiada e que, de resto, vinha defendendo publicamente desde 1923, como a única forma de pôr termo à “ditadura” do Partido Democrático –, continua no exercício de cargos públicos, seja no papel de delegado de Portugal à Conferência Económica Internacional de Genebra (1927), seja como membro do Comité Consultivo da Organização Económica da Sociedade das Nações (1928), seja, ainda, nas funções de governador do Banco de Angola (1926 e 1927-1930). No decurso da segunda nomeação para este cargo, torna-se num acerbo crítico da política financeira salazarista para as colónias, o que lhe valeu a exoneração e, sob o pretexto de conspirar contra o Governo, a prisão e deportação para os Açores, seguindo depois para a Madeira, donde se exilou em Espanha.

A partir de então, fará campanha contra o Estado Novo, no estrangeiro e em Portugal, aparecendo como candidato independente e da oposição a eleições para Assembleia Nacional e defendendo uma solução política progressista para as colónias, devidamente exposta em obras como *O Colonialismo dos Anticolonialistas* e *A Gadanha da Morte*.

No campo da escrita, já se havia destacado como jornalista, à frente d’*O Século*, d’*A Noite* e da revista *Vida Contemporânea*, além de colaborar noutros periódicos. Foi também autor de livros sobre Angola e a I República e de obras de carácter memorialista.

LIBERATO DAMIÃO RIBEIRO PINTO

Liberato Damião Ribeiro Pinto nasceu a 29 de Setembro de 1880 e veio a falecer a 4 de Setembro de 1949.

Depois de estudar no Colégio Jesuíta de Campolide, concluiu os cursos de Infantaria e de Estado-Maior na Escola de Guerra, dividindo, a partir de então, a sua vida profissional entre a carreira de oficial do Exército – que havia de culminar com o posto de coronel, obtido em 1927, cerca de onze anos antes de passar à reserva – e a docência, exercida na instituição onde se formou e na Escola Industrial Marquês de Pombal.



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

Enquanto militar, desempenhou o lugar de regente da 2.ª Secção do Instituto dos Pupilos do Exército, foi chefe e subchefe do Estado-Maior nas expedições a Moçambique de Moura Mendes (1915-1916) e de Ferreira Gil (1916-1917) e, pela mão do Partido Democrático, no qual se filiou em Janeiro de 1915 e a cujo grupo parlamentar pertenceu em 1919, como deputado por Aljustrel, esteve à frente do Estado-Maior da Guarda Nacional Republicana, entre 1914 e 1922.

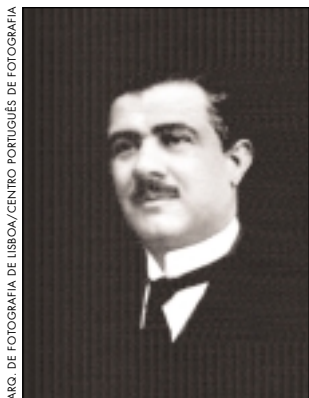
Na qualidade de líder dessa corporação, atingiu, em 29 de Novembro de 1920, a presidência do Executivo, com o apoio de Álvaro Xavier de Castro, recebendo apelos vários para governar de uma forma militarizada. No decurso desse mandato, terminado em 2 de Março de 1921, acumulou a pasta do Interior e exerceu, interinamente, a da Marinha (desde 4 de Fevereiro de 1921) e a das Finanças (desde 22 de Fevereiro de 1921).

Pouco tempo depois de abandonar o Governo, é demitido da chefia do Estado-Maior da Guarda Nacional Republicana, facto para o qual concorreram actos de indisciplina.

Ao cair em desgraça política, alguns liberatistas daquela corporação tentaram estabelecer o *statu quo ante* no decurso de 1921, mas o seu ex-líder não mais voltaria ao poder, chegando mesmo a ser preso em Janeiro de 1922, por alegados desvios de fundos.

Reduzido, a partir da Ditadura de 26 de Maio de 1926, à actividade de professor particular, acabará os seus dias em grandes privações.

FRANCISCO ANTÓNIO CORREIA



ARQ. DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

Francisco António Correia nasceu em Moncorvo, a 9 de Novembro de 1877, e veio a falecer em Lisboa, a 8 de Fevereiro de 1938.

Era filho de Francisco Correia Ralha e de Maria dos Prazeres Morais de Sampaio e Melo.

Havendo concluído o curso de comércio pelo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, virá a dirigir essa instituição entre 1917 e 1928 e a exercer aí a docência até 1938.

Prosseguirá, em paralelo, uma carreira no âmbito da diplomacia e das relações externas, ao longo



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

da qual desempenhou diversos cargos e funções, como, por exemplo, membro da missão intelectual que acompanhou o Presidente da República ao Brasil (1922), responsável pelas negociações para a concretização de um *modus vivendi* com a França (1923), representante de Portugal na Conferência Económica Internacional na Sociedade das Nações (1927), director-geral dos Negócios Comerciais e Consulares (1929), lugar que ocupou quando ascendeu a ministro plenipotenciário de 1.ª classe, e presidente da Comissão de Propaganda e Turismo de Portugal no Estrangeiro, alcançando o ponto mais alto como titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, entre 26 de Junho e 19 de Julho de 1920.

Voltaria, por uma última vez, ao Executivo, no papel de ministro das Finanças, entre 19 de Outubro e 5 de Novembro de 1921.

Além dos referidos cargos, integrou, logo a seguir à sua formatura, os Serviços das Alfândegas (de que seria mais tarde chefe), foi vogal do Conselho Superior de Comércio e Indústria e desempenhou o lugar de vice-reitor da Universidade Técnica, entre 1936 e 1938. Sem filiação partidária e gozando de independência política, aderiria à Ditadura Militar, como, anos antes, fizera parte do primeiro corpo directivo da *Seara Nova*, revista de inspiração liberal.

Foi sócio da Academia das Ciências e do Instituto de Coimbra, havendo publicado diversos títulos de índole económico-financeira, como *Elementos de Direito Fiscal*, *História Económica de Portugal* e *Consequências Económicas dos Descobrimentos*.

FRANCISCO XAVIER PERES TRANCOSO

Francisco Xavier Peres Trancoso nasceu em Oeiras, a 9 de Fevereiro de 1877, e veio a falecer na Malveira, a 5 de Fevereiro de 1952.

Era filho de Domingos Trancoso e de Delfina Trancoso.

Foi aluno da Escola Naval, onde frequentou o curso de maquinista, findo o qual assentou praça como aspirante, em 1896, prosseguindo a carreira de oficial da Armada até 1923, quando se reforma no posto de capitão-tenente, que havia alcançado em 1917. Exerceu importantes missões na Índia (onde participou na repressão da revolta de Goa, em 1912), Macau e Japão, além de ter chefiado a secção de máquinas em

diversas unidades navais e de ter presidido, a partir de 1914, à Comissão Técnica do Centro Nacional de Aviação.

Em sintonia com a sua formação técnica, foi ainda professor das cadeiras de Condutor e Demonstrador de Máquinas, na Escola Naval e Escola Auxiliar de Marinha.

No domínio do exercício político, sendo filiado no Partido Republicano Português, exerceu, no biénio de 1915-1917, os cargos de deputado e de comissário-geral dos Abastecimentos, em que foi decisivo na criação dos postos reguladores do comércio, desempenhando, mais tarde, o papel de membro da Comissão Executiva da Conferência da Paz. Na vertente governativa, destacou-se como ministro dos governos que se seguiram à “Noite Sangrenta”: primeiro, à frente da pasta da Agricultura (entre 19 de Outubro e 5 de Novembro de 1921) e, depois, sobraçando a das Finanças, em conjunto com a do Trabalho (entre 5 de Novembro e 16 de Dezembro de 1921).

Era sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e do Instituto de Coimbra e deixou testemunho da sua passagem pelo Oriente em diversos trabalhos, de que são exemplo *Nas Terras do Chá e Impressões do Japão*, colaborando, igualmente, em jornais e revistas. Entre as várias condecorações que recebeu, destacam-se a Medalha Militar de Prata da Classe de Bons Serviços, a de Ouro das Campanhas do Exército Português e a da Vitória. Foi, também, agraciado com a comendadoria da Ordem de Avis.



ARQUIVO CENTRAL DA MARINHA. FOTO J. P. SABINO

ALBANO AUGUSTO DE PORTUGAL DURÃO

Albano Augusto de Portugal Durão nasceu na Sertã, a 22 de Março de 1871, e veio a falecer em Lisboa, a 13 de Novembro de 1925.

Assentou praça na Marinha como aspirante, em 1887, e optou pela carreira de oficial nesse braço armado, vindo a ser aspirante marinheiro (1889), guarda-marinha (1890), tenente (1891), primeiro-tenente (1897) e, por último, capitão-tenente (1918). No decurso da vida militar, participou nas campanhas africanas, antes de obter licença por tempo ilimitado. Desempenhou, igualmente, cargos civis de relevo, como o de administrador dos Transportes Marítimos do Estado e o de administrador da Companhia da Zambézia, além de ter sido

membro do Conselho Fiscal do Banco Industrial Português, director de Minas em Tete e inspector-geral da Zambeze Mining Co. Membro do Partido Republicano Português, ao qual se manteve sempre ligado, estreia-se na cena política como ministro da Agricultura do governo de Bernardino Machado, pasta que exerce entre 4 e 18 de Maio de 1921, com a preocupação de

impor um modelo intervencionista no que concerne às trocas comerciais.

Eleito deputado por Lisboa em Julho seguinte, exercerá esse mandato até aos inícios de 1922, altura em que é reeleito pelo mesmo círculo, mantendo-se nessas funções até 1925, ano em que também assume a presidência da Câmara Municipal de Lisboa.

Entretanto, havia regressado ao Governo no papel de ministro das Finanças, entre 6 de Fevereiro e 14 de Setembro de 1922, e de ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1 de Julho e 1 de Agosto de 1925. À frente do Ministério das Finanças, apresentou um projecto de decreto-lei que procurava garantir maiores receitas através do aumento dos impostos directos, o que conduziu, em poucas semanas, à oposição unânime dos sectores mais conservadores. No entanto, verificou-se o aumento da contribuição industrial de sete por cento para 10 por cento, o que levou a Associação Industrial Portuguesa a assumir, em 27 de Junho de 1922, uma posição frontal contra a política fiscal do seu ministério, por considerar que tal medida redundava na estatização da economia. Durante a sua tutela, também se publicou o Decreto n.º 8280, de 22 de Julho de 1922, que obrigava os exportadores a entregar as cambiais às entidades bancárias, reservando-se o Estado metade das mesmas.

Foi ainda nomeado alto-comissário em Angola, em 1924, mas não chegou a tomar posse do cargo, quedando-se, ao nível das funções de missão, por exercer o lugar de vogal da Comissão Executiva da Conferência da Paz.



COLEÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

EDUARDO ALBERTO DE LIMA BASTO

Eduardo Alberto de Lima Basto nasceu em Lisboa, a 4 de Fevereiro de 1875, e veio a falecer a 18 de Junho de 1942.

Concluindo o curso de Engenharia Agrónoma em 1902, dá então início a uma carreira profissional nessa área, a qual se dividiu entre a docência – na Escola Nacional de Agricultura de Coimbra (desde 1902), na Escola Colonial de Lisboa (desde 1908) e no Instituto Superior de Agronomia (em 1915) – e o exercício de diversos cargos públicos, como o de chefe de serviço do Instituto Superior de Agronomia (desde 1906), chefe de secção dos Serviços Agronómicos do Ministério das Colónias (em 1912), chefe da repartição de ensino agrícola do Ministério da Instrução (em 1913), director-geral da Instrução Agrícola do Ministério da Agricultura (desde 1919) e director da Escola Superior Colonial (até à sua morte, em 1942). Paralelamente, tomou

parte da missão oficial à Bélgica para o estudo da maquinaria agrícola, do Congresso de Instrução Primária e do Congresso Colonial de 1924. Presidiu, ainda, a partir de 1926, à Associação Comercial de Lisboa e foi membro do Conselho Fiscal do Banco Industrial Português e da comissão de estudo das condições da indústria e do comércio dos vinhos em Portugal, ao ano de 1914. Iniciado na Maçonaria em 1908 (na loja “José

Estêvão”, sob o nome *Berlese*), é durante a República que a sua participação política ganha relevância, começando, em 1914, por assumir a vice-presidência da Câmara Municipal de Lisboa e a pasta do Fomento, no governo de Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, entre 12 de Dezembro daquele ano e 25 de Janeiro de 1915.

Neste ano, depois de se candidatar ao Congresso da República pelo Partido Republicano Português, de que foi sempre militante, assume o mandato de deputado até 1917, altura em que regressa às lides governativas, no papel de ministro do Trabalho, entre 25 de Abril e o golpe sidonista, em cujo exercício procurou fazer face à grave crise de abastecimentos, para o que criou a Administração dos Abastecimentos, pelo Decreto n.º 3174, de 1 de Junho de 1917.

Voltaria ao desempenho ministerial entre 6 de Fevereiro e 30 de Novembro de 1922, à frente da pasta do Comércio, e entre 1 de Julho e 1 de Agosto de 1925, desta feita, sobraçando a pasta das Finanças.

Viria a afastar-se definitivamente da vida política com o advento da Ditadura Militar, em 26 de Maio de 1926, regime com o qual se incompatibilizou. Das obras mais importantes que publicou, todas elas relativas ao eixo económico agrícola, destacam-se *A Educação Agrícola Primária do Povo Português* (1908), *O Ensino Agrícola em Portugal* (1914) e um estudo pioneiro sobre a articulação entre a indústria e a agricultura, de 1933.

No seguimento da sua carreira académica, preconizou, ainda, um conjunto de reformas tendentes à eliminação das assimetrias fundiárias do país e à reconversão das suas culturas.



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

FRANCISCO GONÇALVES VELHINHO CORREIA

Francisco Gonçalves Velhinho Correia nasceu em Lagos, a 6 de Outubro de 1882, e veio a falecer em Lisboa, a 22 de Outubro de 1943.

Era filho de José Maria Correia Júnior, oficial do Exército, e de Teresa de Jesus Velhinho.

Após a passagem, em Lisboa, pelo Instituto Comercial e Industrial e pela Escola de Guerra – havendo aqui cursado Administração Militar e Estado-Maior em 1906, depois de assentar praça em 1898 –, seguirá uma vida profissional iminentemente ligada ao Exército, quer como docente, quer como oficial de carreira, atingindo o posto de tenente-coronel em 1936.

Além de professor da Escola Superior Colonial e da Escola Militar no período de 1917 a 1943 (na última das quais, chegou a professor catedrático das 19.ª e 20.ª cadeiras), foi químico da Manutenção Militar, serviu no Corpo Expedicionário Português e desempenhou missões

em África e Macau.

Na sequência do primeiro conflito mundial, quando já ganhara reputação como autoridade em assuntos económicos e financeiros, faz parte da comissão reunida em Londres para liquidar a dívida de guerra e da Comissão de Reparações Alemãs, em Paris, vindo ainda a representar o seu país na Conferência Interparlamentar Internacional de

Comércio.

Filiado no Partido Republicano Português e membro da Maçonaria, onde se iniciou em 1907, na loja “Solidariedade”, adoptando o nome simbólico de *Padre Eterno*, é um dos poucos oficiais que compareceram de imediato na Baixa lisboeta a seguir à proclamação da República.

Durante este regime, teve uma intensa participação parlamentar, como deputado por Macau (1915-1917), Silves (1919, 1921 e 1922) e Lagos (1925).

Sobraçou, ainda, duas pastas ministeriais: a do Comércio, entre 19 de Julho e 20 de Novembro de 1920, e a das Finanças, entre 13 e 17 de Agosto de 1923 e entre 20 de Agosto e 24 de Outubro de 1923.

Apartado da actividade política na vigência da Ditadura Militar, regressaria, porém, no período do Estado Novo, no papel de procurador à Câmara Corporativa (1935) – onde foi relator de pareceres relativos à reforma dos Serviços da Dívida Pública, ao Cadastro da Propriedade Rústica e ao Imposto sobre Lucros de Guerra – e de vice-governador do Banco Nacional Ultramarino.

Foi autor de obra diversa sobre o ensino e a economia, donde se destaca o título *A Semana do Escudo* – colecção de conferências e artigos realizados em 1924, durante uma campanha contra a inflação fiduciária e a favor da valorização da moeda.



COLEÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ANTÓNIO ABRANCHES FERRÃO

António Abranches Ferrão nasceu em Seia, a 25 de Agosto de 1883, e veio a falecer em Lisboa, a 23 de Abril de 1932.

Cumprindo os estudos liceais no Colégio Jesuíta de São Fiel, no concelho de Castelo Branco, vem a ingressar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, aí obtendo, em 1907, o respectivo doutoramento.



COLECCÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Dará continuidade à carreira académica na Faculdade de Ciências Sociais e Direito, em Lisboa, onde, além de exercer a docência entre 1913 – ano em que foi admitido – e 1932, à frente das cadeiras de Direito Internacional Privado e Direito Civil, ocupou o lugar de director da instituição, entre 1914 e 1928, e foi seu representante no Senado Universitário durante alguns anos.

Simultaneamente, no decurso do conflito mundial e nos inícios de 1919, desempenharia o lugar de presidente da Intendência dos Bens dos Inimigos. Havendo aderido à causa republicana no contexto da greve académica de 1907, a sua estreia política verifica-se em 16 de Dezembro de 1921, quando integra o Governo na qualidade de ministro da Justiça, mandato que exerce até 6 de Fevereiro de 1922. Ainda neste ano, é eleito deputado pelo círculo de Gouveia (permanecendo no Congresso da República até 1925, como independente) e volta a assumir a pasta da Justiça, em 7 de Dezembro, que sobraçará até 15 de Novembro de 1923. Durante este exercício, vem a acumular, interinamente, a pasta das Finanças, entre 17 e 20 de Agosto de 1923.

A sua última passagem pelo Executivo havia de se cumprir entre 6 de Julho e 22 de Novembro de 1924, enquanto responsável pelo Ministério da Instrução.

Foi autor de várias obras de direito, como *Das Doações*, *Segundo o Código Civil Português* e *Das Sociedades Comerciais Irregulares*.

JOÃO TEIXEIRA DE QUEIRÓS VAZ GUEDES

João Teixeira de Queirós Vaz Guedes nasceu a 24 de Junho de 1871, em Coimbra, e veio a falecer a 23 de Março de 1926.

Era filho de José Teixeira de Queirós de Almeida Morais Sarmiento Vasconcelos e de Maria Júlia Pimenta da Gama Barreto.

Depois de obter o bacharelato em Leis pela Universidade de Coimbra, onde fora admitido

em 1889, especializa-se em Direito Financeiro e segue a advocacia como via profissional.

Ao aderir ao movimento republicano, tornando-se membro do Partido Democrático, desenvolve a sua actividade política em vários cargos.

Começa, assim, por ser governador civil de Viseu, no biénio de 1913-1914, ao mesmo tempo que é eleito deputado pelo círculo de Pinhel, cujo mandato decorre entre 1913 e 1915.

Depois de falhar, em 1921, uma segunda candidatura pelo círculo de Ponte de Lima, que o havia eleito dois anos antes, regressará, pela última vez, ao hemiciclo no período de 1922 a 1925, depois de ter sido sufragado pelo círculo de Santarém.

Entretanto, ascendera à esfera governativa, no papel de ministro do Comércio, entre 19 de Janeiro e 15 de Novembro de 1923, e no de ministro das Finanças, lugar que ocupou interinamente de 24 de Outubro a 15 de Novembro do mesmo ano.

Como muitos outros republicanos, pertenceu à Maçonaria, havendo sido iniciado, em 1909, na loja "Liberdade III", circunstância em que adoptou o nome simbólico de *Gambetta*.



COLECCÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

DANIEL JOSÉ RODRIGUES

Daniel José Rodrigues nasceu em Celorico de Basto, a 8 de Maio de 1877, e veio a falecer no Porto, a 4 de Novembro de 1951.

Depois de passar pelos liceus de Lamego e do Porto, onde faz o curso secundário entre 1894 e 1901, ingressa na Universidade de Coimbra em 1894, aí cursando Direito nos sete anos seguintes.

Concluído o bacharelato, opta pela carreira da magistratura, no início da qual exerce o cargo de delegado do procurador régio nas comarcas das Flores, Vila Real de Santo António, Cabeceiras de Basto, Avis e Monção.

Implantada a República, é promovido pelo

Governo Provisório a delegado do procurador da República de 1.ª classe, em Lisboa, e, ainda em 1910, é nomeado sindicante aos tribunais civis de 1.ª instância da mesma comarca.

Antes de ser novamente promovido – o que acontece em 1913, quando é colocado em Nisa como juiz de direito, sem, contudo, exercer o lugar, visto ter sido imediatamente destacado para as funções de juiz consultor da Junta do

Crédito Público –, passará, em 1911, pela Comissão Central da Execução da Lei de Separação, como vogal. É também nesta qualidade que integrará a comissão de Separação de Bens das Igrejas e a Comissão dos Bens dos Inimigos (durante a Grande Guerra). Foi ainda director da Penitenciária de Lisboa, bem como administrador-geral da Caixa Geral de Depósitos, entre 1915 e 1930.

Do ponto de vista da intervenção político-partidária, manteve-se sempre filiado no Partido Republicano Português e, nos cargos do Estado, estreou-se à frente do Governo Civil de Lisboa, entre 9 de Janeiro de 1913 e 6 de Fevereiro de 1914.

Foi também por essa altura que iniciou a sua presença no Congresso da República, no qual figurou como senador, eleito por Beja (1913-1915 e 1915-1917), e como deputado, sufragado pelos círculos de Guimarães e Lisboa (1922 e 1925-1926, respectivamente), exercendo ainda a vice-presidência da Câmara dos Deputados durante o último dos referidos mandatos.

Ao nível governativo, a sua participação confinou-se ao exercício do cargo de ministro das Finanças, entre 6 de Julho e 22 de Novembro de 1924.

Foi autor de obra literária, salientando-se os poemas *Apóstrofe* (1898) e *Confraternidade* (1910), o livro de versos *Velha Lucerna* (1950) e os romances *Terra de Basto* (1933) e *O Enigo* (1945). Escreveu, igualmente, ensaios e memórias e colaborou em vários periódicos, com destaque para *O Mundo* e *O Primeiro de Janeiro*.



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

MANUEL GREGÓRIO PESTANA JÚNIOR

Manuel Gregório Pestana Júnior nasceu em Porto Santo, a 16 de Agosto de 1886, e aí veio a falecer, a 19 de Agosto de 1969.

Era filho de Manuel Gregório Pestana, proprietário, e de Maria Carolina de Andrade Pestana.

Começou os estudos secundários no Funchal e veio a completá-los, entre 1899 e 1905, no Colégio Jesuíta de Campolide, em Lisboa. Na última dessas datas, matricula-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e aí conclui, em 1910, o respectivo bacharelato, vindo a seguir a carreira profissional de advogado, embora tivesse também desempenhado cargos na magistratura, como o de juiz de direito do

Funchal, em 1916.

Filiado, desde bem cedo, no Partido Republicano Português, manifesta as suas simpatias políticas nos tempos em que frequentou a Universidade, quando participa no greve académica de 1907, de que resultou ser julgado e absolvido. É, aliás, em Coimbra, na loja "Revolta", que se iniciará, em 1913, na Maçonaria, recebendo o apodo de *Bakunine*.

Com o advento da República, assume, logo em 1910,

o lugar de administrador do concelho do Funchal, em cujo exercício se demora até 1913, momento em que regressa ao parlamento (em 1911, fora eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo do Funchal), mas, desta vez, tomando o respectivo assento até 1917, sem interrupções. Não seriam os seus últimos mandatos como deputado, uma vez que voltou a ser eleito entre 1922 e 1926, pelo círculo de Lisboa.

Entretanto, no biénio de 1924-1925, desempenhou o lugar de ministro das Finanças (de 22 de Novembro daquele ano a 15 de Fevereiro seguinte) e integrou a vereação da Câmara Municipal de Lisboa, além de ter dissidido para a Esquerda Democrática (em meados de 1925), onde, à semelhança do que tinha acontecido no seu anterior partido, vem a ser membro do respectivo Directório.

Desfechada a Ditadura Militar em 28 de Maio de 1926, volta a fixar residência no Funchal e a exercer advocacia, tal como nos primeiros tempos pós-universitários, vindo a ser, em 1945, presidente da delegação funchalense da Ordem dos Advogados.

Proprietário e director do jornal *O Radical* (órgão do Partido Republicano Português na Madeira, entre 1912 e 1916), colaborou no *Diário de Notícias*, n' *O Mundo* e n' *A Luta*, entre outros, além de ter sido autor de obras de carácter jurídico e histórico.



COLECCÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ANTÓNIO ALBERTO TORRES GARCIA



COLEÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

António Alberto Torres Garcia nasceu em Vila Nova de Ceira, no ano de 1889, e veio a morrer em Góis, a 9 de Setembro de 1937.

Era filho do proprietário Joaquim da Costa Garcia e de Maria Augusta Nazaré Garcia. Concluídos os estudos liceais em Coimbra, ingressa na Faculdade de Direito dessa cidade, obtendo o respectivo grau de bacharel em 1911, e, mais tarde, frequenta o 1.º ano do Instituto Superior Técnico.

O seu percurso profissional é pautado pelo exercício de diferentes actividades, em áreas diversas.

Na docência, foi assistente da Faculdade de Ciências de Coimbra, professor no Liceu José Falcão e lente na Escola Industrial e Comercial Brotero.

No âmbito militar, fez parte do Corpo Expedicionário Português no posto de alferes

miliciano, de onde ascendeu a tenente miliciano no Batalhão de Artilharia da Costa e a capitão, quando regressou da campanha. Na administração de Angola, serviu, desde 1926, de secretário provincial e, entre 26 de Março e 17 de Agosto de 1928, de governador-geral interino, ocupando ainda o lugar de director da Companhia de Pesca do Sul desse território ultramarino.



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

Finalmente, no domínio do associativismo, presidiu à Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra, desempenhou o cargo de secretário-geral do Congresso Beirão, em 1936, e integrou o conselho directivo da Casa das Beiras. Emancipando-se ideologicamente na última década da Monarquia, filia-se no Partido Republicano Português, além de aderir ao Centro Republicano Académico e à Maçonaria, em cuja loja “Redenção” se iniciou, sob o nome de *Morral*. É durante a I República que desempenha os cargos políticos mais relevantes. Começa por ser vereador da Câmara Municipal de Coimbra, em 1913 (reassumindo o lugar na década de 1930), da qual virá a ser presidente e vogal, a partir de 1920. Segue-se a passagem pelo Congresso da República, onde foi deputado por Coimbra (nos períodos de 1921 a 1922 e de 1922 a 1925) e, nessa condição, membro das comissões de Orçamento, Finanças, Comércio e Indústria e Guerra.

Ascende, por fim, à esfera governativa, nos papéis de ministro do Trabalho (em Novembro de 1921), ministro da Agricultura (de 22 de Julho a 22 de Novembro de 1924; de 1 de Julho a 1 de Agosto de 1925 e de 17 de Dezembro de 1925 a 30 de Maio de 1926) e, por último, ministro das Finanças, que exerceu entre 1 de Agosto e 17 de Dezembro de 1925.

Além de ter sido director do *Diário de Coimbra* desde os tempos da Ditadura Militar até 1937, ano em que faleceu, notabilizou-se enquanto conferencista, tendo realizado palestras sobre assuntos coloniais na Sociedade de Geografia de Lisboa, na Associação Comercial do Porto e na Câmara Municipal de Coimbra.

ARMANDO MARQUES GUEDES

Armando Marques Guedes nasceu no Porto, a 7 de Dezembro de 1886, e veio a falecer no Estoril, a 31 de Agosto de 1958, sendo filho de um comerciante abastado.

Ingressa na Universidade de Coimbra, em cuja Faculdade de Direito obtém, em 1911, o bacharelato. De seguida, ao regressar à sua terra natal, inicia a carreira profissional na área da advocacia e, em 1919, estende-a à docência,



FOTO CEDIDA POR SEU FILHO, ARMANDO MARQUES GUEDES

quando se torna professor de Direito Financeiro e Orçamentológico do Instituto Superior de Comércio do Porto.

Acumulando, entre 1920 e 1925, o lugar de professor auxiliar da Faculdade de Engenharia, transfere-se, em 1926, para o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, em Lisboa, na qualidade de professor catedrático, onde permanece até 1957.

Inicia a sua actividade política quando estudante em Coimbra, no Centro Académico Republicano, o qual presidiu e representou no Congresso do Partido Republicano Português de Maio de 1909 – partido de que, aliás, era membro.

Entre 1911 – data em que é iniciado na loja maçónica “Progredior”, com o nome simbólico de *Genúcio* – e 1912, assume o lugar de redactor político do jornal *A Folha Nova*, para, em 1913, se tornar vereador da Câmara Municipal do Porto (até 1921), cargo que, nos últimos três anos de exercício, acumula com a presidência da mesma edilidade.

Entretanto, estreara-se nas funções parlamentares, ao exercer o mandato de deputado entre 1915 e 1917, eleito pelo Porto – círculo que o levará de novo à Câmara dos Deputados entre 1925 e 1926.

Durante este biénio, ainda faria parte do último executivo da I República, à frente da pasta das Finanças, em cujo mandato, que durou entre 17 de Dezembro de 1925 e 26 de Maio de 1926, se deparou com o caso de falsificação do Banco Angola e Metrópole, que tivera um impacto negativo na credibilidade da administração do Banco de Portugal e do sistema bancário nacional, tanto no País como no estrangeiro.

Deparou-se, igualmente, com a necessidade de resolver a situação do contrato do tabaco, cuja concessão terminava em 1926, pelo que promoveu o estabelecimento de uma *régie*, através da qual atribuía ao Estado o controlo das fábricas e dos armazéns da companhia.

Com o golpe militar de 28 de Maio de 1926, termina a sua intervenção governativa, mas não a política, visto que, sob a Ditadura Militar, animou um Centro de Estudos Democráticos, com o objectivo de estabelecer pontes entre o novo regime e o antigo.

Foi autor de inúmeros estudos sobre o ensino, direito, economia, finanças e história, com destaque para *O Ensino Técnico Superior e a Universidade, A Vida Jurídica do Cidadão Português, Para Uma Nova Economia, Regime Monetário e Fiduciário Português e A História Considerada como Ciência*.

Sobre aquela que seria a sua única experiência ministerial, publicou um volume intitulado *Cinco Meses no Governo*, onde refere ter deixado aos fautores da Ditadura Militar “a dívida estabilizada, a caminho do equilíbrio orçamental, e as condições asseguradas para se chegar à estabilização legal do escudo”.

Na imprensa escrita, sobressaiu como director e colaborador dos jornais *A Montanha* e *O Primeiro de Janeiro*, além de ter participado no *Diário de Notícias* e em diversas revistas.